
Copyright © 1991 by E. P. Thompson

Título original:
Customs in Common

Capa:
Ettore Bottini
sobre detalhe de *Ceifeiros* (1785), óleo de
George Strebbs, Tate Gallery, Londres

Índice onomástico:
Maria Cláudia Carvalho Mattos

Preparação:
Cristina Penz

Revisão:
Ana Maria Barbosa
Cecília Ramos
Carmen S. da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Thompson, E. P.
Costumes em comum / E. P. Thompson : revisão técnica
Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. — São
Paulo : Companhia das Letras, 1998.

ISBN 85-7164-820-4

1. Classes trabalhadoras - Inglaterra - História - Século 18
2. Cultura popular - Inglaterra - História - Século 18 3. Inglaterra -
Condições econômicas - Século 18 4. Inglaterra - Condições
sociais - Século 18 5. Inglaterra Usos e costumes - Século 18
I. Título.

98-4533

CDD-306.0942090033

Índice para catálogo sistemático:

1. Inglaterra : Século 18 : História social 306.0942090033

2005

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br



L196345

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Prefácio e agradecimentos..... | 9 |
| 1. Introdução: costume e cultura..... | 13 |
| 2. Patrícios e plebeus..... | 25 |
| 3. Costume, lei e direito comum..... | 86 |
| 4. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII..... | 150 |
| 5. Economia moral revisitada..... | 203 |
| 6. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial..... | 267 |
| 7. A venda de esposas..... | 305 |
| 8. <i>Rough music</i> | 353 |
| Notas..... | 407 |
| Lista de ilustrações..... | 483 |
| Índice onomástico..... | 485 |

TEMPO, DISCIPLINA DE TRABALHO E CAPITALISMO INDUSTRIAL

Mantínhamos um velho criado, cujo nome era Wright, trabalhando todos os dias, embora fosse pago por semana, mas ele fazia rodas por ofício [...]. Certa manhã aconteceu que, tendo uma carroça quebrado na estrada [...], o velho foi chamado para consertá-la no lugar em que o veículo se encontrava; enquanto ele estava ocupado fazendo o seu trabalho, passou um camponês que o conhecia, e o saudou com o cumprimento de costume: Bom dia, velho Wright, que Deus o ajude a terminar logo o seu trabalho. O velho levantou os olhos para ele [...] e, com uma grosseria divertida, respondeu: Pouco me importa se ele ajudar ou não, trabalho por dia.

Daniel Defoe, The great law of subordination considered; or the insolence and insufferable behaviour of SERVANTS in England duly enquired into (1724)

Para a camada superior da humanidade, o tempo é um inimigo, e [...] a sua principal atividade é matá-lo; ao passo que, para os outros, tempo e dinheiro são quase sinônimos.

Henry Fielding, An enquiry into the causes of the late increase of robbers (1751)

Tess [...] começou a subir a alameda ou rua escura e torta que não fora feita para um caminhar apressado; uma rua traçada antes que pequenos pedaços de terra tivessem valor, e quando os relógios de um só ponteiro bastavam para subdividir o dia.

Thomas Hardy

É lugar-comum que os anos entre 1300 e 1650 presenciaram mudanças importantes na percepção do tempo no âmbito da cultura intelectual da Europa Ocidental.¹ Nos *Contos de Canterbury*, o galo ainda aparece no seu papel imemorial de relógio da natureza: Chantecler

*Levantou o olhar para o sol brilhante
Que no signo de Touro percorrerá
Vinte e tantos graus, e um pouco mais,
Ele sabia pela natureza, e por nenhuma outra ciência,
Que amanhecia, e cantou com voz alegre [...]*¹

Mas, embora “Pela natureza ele conhecesse cada ascensão/ Do equinócio naquela cidade”, o contraste entre o tempo da “natureza” e o tempo do relógio é apontado na imagem —

*Bem mais confiável era o seu canto no poleiro
Do que um relógio, ou o relógio da abadia.*¹¹

Esse é um relógio muito primitivo: Chaucer (ao contrário de Chantecler) era londrino, ciente dos horários da Corte, da organização urbana e do “tempo do mercador” que Jacques le Goff, num artigo sugestivo em *Annales*, contrapôs ao tempo da Igreja medieval.²

Não desejo discutir até que ponto a mudança foi causada pela difusão de relógios a partir do século XIV em diante, até que ponto foi ela própria o sintoma de uma nova disciplina puritana e exatidão burguesa. Seja qual for o modo de a considerarmos, a mudança certamente existe. O relógio sobe no palco elisabetano, transformando o último solilóquio de Fausto num diálogo com o tempo: “as estrelas se movem silenciosas, o tempo corre, o relógio vai bater as horas”. O tempo sideral, presente desde o início da literatura, com um único passo abandonou o céu para entrar nos lares. A mortalidade e o amor são sentidos de modo mais pungente quando o “progresso vagaroso do ponteiro em movimento”³ cruza o mostrador. Quando se usa o relógio ao redor do pescoço, ele fica próximo às batidas menos regulares do coração. São bastante antigas as imagens elisabetanas do tempo como devorador, desfigurador, tirano sangrento, ceifeiro, mas há um novo senso de imediatismo e insistência.⁴

À medida que o século XVII avança, a imagem do mecanismo do relógio se

(1) Caste up his eyen to the brighte sonne./ That in the signe of Taurus hadde yronne/
Twenty degrees and oon, and somewhat moore./ He knew by kynde, and by noon oother loore/
That it was prynte, and crew with blisful stevene [...].

(11) Wel sikerer was his crowyng in his logge/ Than is a clokke, or an abbey orlogge.

expande, até que, com Newton, toma conta do universo. E pela metade do século XVIII (se confiarmos em Sterne) o relógio já alcançara níveis mais íntimos. Pois o pai de Tristram Shandy — “um dos homens mais regrados em tudo o que fazia [...] que já existiram” — “criara um hábito durante muitos anos de sua vida — na noite do primeiro domingo de cada mês [...], ele dava corda a um grande relógio que tínhamos no topo da escada dos fundos”. “Aos poucos também transferira alguns outros pequenos interesses familiares para o mesmo período”, o que tornou Tristram capaz de precisar a data de sua concepção. Provocou também *The clockmaker's outcry against the author* [O protesto dos relojoeiros contra o autor]:

As minhas encomendas de vários relógios para o interior foram canceladas; porque agora nenhuma dama recatada ousa falar em dar corda a um relógio sem se expor aos olhares maliciosos e às piadas da família [...]. Sim, agora a expressão comum das prostitutas é: “Meu senhor, não quer dar corda ao seu relógio?”.

As matronas virtuosas (reclamava o “relojeiro”) estão enfiando os relógios nos quartos de trastes velhos, porque eles “provocam atos carnis”.⁵

Entretanto, é improvável que esse impressionismo grosseiro faça avançar a presente investigação: até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores? Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho — novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente —, até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?

II

É bem conhecido que, entre os povos primitivos, a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas. Evans-Pritchard analisou o senso de tempo dos nuer: “O relógio diário é o do gado, a rotina das tarefas pastorais, e para um nuer as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a sua relação mútua”. Entre os nandi, a definição ocupacional do tempo evoluiu, abrangendo não apenas cada hora, mas cada meia hora do dia — às 5h30 da manhã os bois já foram para o pasto, às 6 h as ovelhas foram soltas, às 6h30 o sol nasceu, às 7 h tornou-se quente, às 7h30 os bodes já foram para o pasto etc. — uma economia inusitadamente bem regulada. De modo semelhante, os termos evoluem para a medição de intervalos de tempo. Em Madagáscar, o tempo podia ser medido pelo “cozimento do arroz” (cerca de meia hora) ou pelo “fritar de

um gafanhoto” (um momento). Registrou-se que os nativos de Cross River dizem: “o homem morreu em menos tempo do que leva o milho para assar” (menos de quinze minutos).⁶

Não é difícil encontrar exemplos dessa atitude mais próximos de nós em termos de tempo cultural. Assim, no Chile do século XVII, o tempo era frequentemente medido em “Credos”: um terremoto foi descrito em 1647 como tendo durado o tempo de dois credos; enquanto o cozimento de um ovo podia ser estimado por uma Ave-Maria rezada em voz alta. Na Birmânia,⁷ em tempos recentes, os monges levantavam ao amanhecer, “quando há bastante luz para ver as veias na mão”.⁷ O *Oxford English dictionary* nos dá exemplos ingleses — *pater noster wyle* [a duração do Pai-Nosso], *miserere whyle* [a duração do Miserere] (1450), e (no *New English dictionary*, mas não no *Oxford English dictionary*) *pissing while* [o tempo de uma mijada] — uma medição um tanto arbitrária.

Pierre Bourdieu investigou mais detalhadamente as atitudes dos camponeses cabilas (na Argélia) com relação ao tempo em anos recentes: “Uma atitude de submissão e de indiferença imperturbável em relação à passagem do tempo, que ninguém sonha em controlar, empregar ou poupar... A pressa é vista como uma falta de compostura combinada com ambição diabólica”. O relógio é às vezes conhecido como “a oficina do diabo”; não há horas precisas de refeições; “a noção de um compromisso com hora marcada é desconhecida; eles apenas combinam de se encontrar ‘no próximo mercado’”. Uma canção popular diz:

*É inútil correr atrás do mundo, Ninguém jamais o alcançará.*⁸

Em sua descrição bem observada da ilha Arán, Synge nos dá um exemplo clássico:

Enquanto caminho com Michael, alguém muitas vezes vem falar comigo para perguntar que horas são. No entanto, poucas pessoas têm bastante familiaridade com a noção moderna de tempo para compreender de forma menos vaga a convenção das horas, e quando lhes informo a hora do meu relógio, eles não ficam satisfeitos e querem saber quanto tempo ainda lhes resta até o crepúsculo.⁹

Na ilha, o conhecimento geral do tempo depende, bastante curiosamente, da direção do vento. Quase todas as cabanas são construídas [...] com duas portas uma em frente da outra, e a mais abrigada das duas fica aberta durante todo o dia para deixar entrar luz no interior. Se o vento é norte, a porta do sul fica aberta, e o movimento da sombra do umbral sobre o chão da cozinha indica a hora; porém, assim que o vento muda para o sul, a outra porta é aberta, e as pessoas, que jamais pensam em fazer um relógio de sol primitivo, ficam perdidas [...].

(iii) Atual Myanma.

Quando o vento é do norte, a velha senhora prepara as minhas refeições com bastante regularidade; mas, nos outros dias, ela freqüentemente prepara o meu chá às três horas em vez das seis [...].¹⁰

Sem dúvida, esse descaso pelo tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima, e na qual as tarefas diárias (que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador.¹¹ Mas a descrição de Syngé serve para enfatizar o condicionamento essencial em diferentes notações do tempo geradas por diferentes situações de trabalho, e sua relação com os ritmos “naturais”. É óbvio que os caçadores devem aproveitar certas horas da noite para colocar as suas armadilhas. Os pescadores e os navegantes devem integrar as suas vidas com as marés. Em 1800, uma petição de Sunderland inclui as seguintes palavras: “considerando que este é um porto marítimo em que muitas pessoas são obrigadas a ficar acordadas durante toda a noite para cuidar das marés e de suas atividades no rio”.¹² A expressão operacional é “cuidar das marés”: a padronização do tempo social no porto marítimo observa os ritmos do mar, e isso parece natural e compreensível para os pescadores ou navegadores: a compulsão é própria da natureza.

Da mesma forma, o trabalho do amanhecer até o crepúsculo pode parecer “natural” numa comunidade de agricultores, especialmente nos meses da colheita: a natureza exige que o grão seja colhido antes que comecem as tempestades. E observamos ritmos de trabalho “naturais” semelhantes acompanhando outras ocupações rurais ou industriais: deve-se cuidar das ovelhas na época do parto e protegê-las dos predadores; as vacas devem ser ordenhadas; deve-se cuidar do fogo e não deixar que se espalhe pelas turfas (e os que queimam carvão devem dormir ao lado); quando o ferro está sendo feito, as fornalhas não podem apagar.

A notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. Não perdeu de modo algum toda a sua importância nas regiões rurais da Grã-Bretanha de hoje. É possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados — o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa — e não há grande senso de conflito entre o trabalho

e “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência.¹³

Sem dúvida, essa distinção tão clara pressupõe, como referencial, o camponês ou artesão independente. Mas a questão da orientação pelas tarefas se torna muito mais complexa na situação em que se emprega mão-de-obra. Toda a economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver divisão de trabalho, alocação de papéis e a disciplina de uma relação de empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos. Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim que se contrata mão-de-obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado. É verdade que a regulação do tempo de trabalho pode ser feita independentemente de qualquer relógio — e, na verdade, precede a difusão desse mecanismo. Ainda assim, na metade do século XVII, os fazendeiros ricos calculavam as suas expectativas da mão-de-obra contratada em “dias de trabalho” (como fazia Henry Best) — “Cunnigarth, com suas terras de aluvião, requer quatro grandes dias de trabalho para um bom ceifeiro”, “Spellowe exige quatro dias de trabalho indiferentes” etc.;¹⁴ e o que Best fazia para a sua própria fazenda, Markham tentou apresentar de forma geral:

Um homem [...] pode ceifar um acre e meio de cereais, como cevada e aveia, se as plantas forem grossas, pouco elásticas e rentes ao chão, e se ele trabalhar bem, sem cortar as cabeças das espigas e deixando os talos ainda plantados, num dia de trabalho; mas se as plantas forem boas, grossas e bastante eretas, ele pode ceifar dois acres ou dois acres e meio num dia; agora se as plantas forem curtas e finas, ele pode ceifar três e às vezes quatro acres num dia, sem ficar estafado [...].¹⁵

O cálculo é difícil, depende de muitas variáveis. Sem dúvida, uma medição direta do tempo era mais conveniente.¹⁶

Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.

Podemos observar um pouco desse contraste, nas atitudes para com o tempo e o trabalho, em duas passagens do poema de Stephen Duck, “The thresher’s labour” [A lida do debulhador].¹⁷ A primeira descreve uma situação de trabalho que passamos a ver como norma nos séculos XIX e XX:

*Nas tábuas fortes ressoam os bastões de macieira,
E os celeiros devolvem o eco dos estrépitos.
Ora no ar voam nossas armas nodosas,
Ora com igual força lá de cima caem:
Para baixo, para cima, criam o ritmo tão bem,
Os martelos dos ciclopes melhor não soariam
[...]*

*Em torrentes salgadas nosso suor acelerado desce,
Cai dos anéis dos cabelos, ou escorre pela face.
Não temos pausa em nosso trabalho;
A sala barulhenta da debulha não pode parar.
Se o mestre se ausenta, os outros brincam a salvo;
Mas a sala adormecida da debulha se trai.
Nem para se distrair do trabalho tedioso,
E fazer sorrir docemente os minutos que passam,
Podemos, como os pastores, contar uma história alegre.
A voz se perde, afogada pelo mangual barulhento
[...]*

*Semana após semana fazemos essa tarefa monótona,
Exceto quando os dias de joeirar criam outra nova;
Nova realmente, mas em geral pior,
A sala da debulha só se submete às pragas do mestre:
Ele conta os alqueires, conta a quantidade do dia,
Depois pragueja que vadiamos metade do tempo.
Olhem aqui, seus patifes! Acham que isso basta?
Os seus vizinhos debulham duas vezes mais que vocês.^{iv}*

A passagem parece descrever a monotonia, a alienação do prazer em trabalhar, e o antagonismo de interesses comumente atribuídos ao sistema das fábricas. A segunda passagem descreve a colheita:

(iv) From the strong Planks our Crab-Tree Staves rebound,/ And echoing Barns return the rattling Sound./ Now in the Air our knotty Weapons Fly;/ And now with equal Force descend from high:/ Down one, one up, so well they keep the Time./ The Cyclops Hammers could no truer chime [...]/ In briny Streams our Sweat descends apace./ Drops from our Locks, or trickles down our Face./ No intermission in our Work we know;/ The noisy Threshall must for ever go./ Their Master absent, others safely play;/ The sleeping Threshall doth itself betray./ Nor yet the tedious Labour to beguile./ And make the passing Minutes sweetly smile./ Can we, like Shepherds, tell a merry Tale?/ The Voice is lost, drown'd by the noisy Flail [...]/ Week after Week we this dull Task pursue./ Unless when winnowing Days produce a new:/ A new indeed, but frequently a worse./ The Threshall yields but to the Master's Curse:/ He counts the Bushels, counts how much a Day./ Then swears we've idled half our Time away./ Why look ye, Rogues! D'ye think that this will do?/ Your Neighbours thresh as much again as you.

*Por fim, em fileiras. os cereais, bem secados,
Uma cena aprazível, tudo pronto para o celeiro.
Nosso mestre satisfeito considera a visão com alegria,
E nós, para carregar os grãos, usamos toda a nossa força.
A confusão logo toma conta de todo o campo,
Os clamores atordoam os ouvidos dos trabalhadores;
Os sinos e os golpes dos chicotes alternam os sons,
E as carroças estrepitosas estrondam sobre a terra.
O trigo já entrou no celeiro, as ervilhas e outros grãos
Têm o mesmo destino, e logo deixam o campo vazio:
Em triunfo clamoroso, a última carga se move,
E um grande alarido de hurras proclama o fim da colheita.^v*

Essa é certamente uma composição convencional, obrigatória na poesia rural do século XVIII. E também não deixa de ser verdade que o moral elevado dos trabalhadores era sustentado pelos altos ganhos na colheita. Mas seria um erro ver a situação da colheita como resposta direta a estímulos econômicos. É igualmente um momento em que os ritmos coletivos mais antigos irrompem em meio aos novos, e uma porção do folclore e dos costumes rurais pode ser invocada como evidência comprovadora da satisfação psíquica e das funções rituais — por exemplo, a obliteração momentânea das distinções sociais — da festa do fim da colheita. “Como são poucos os que ainda sabem”, escreve M. K. Ashby, “o que era trabalhar numa colheita há noventa anos! Embora os deserdados não tivessem grande participação nos frutos, eles ainda assim partilhavam a realização, o profundo envolvimento e a alegria do trabalho.”¹⁸

III

Não é absolutamente claro até que ponto se podia dispor de hora precisa, marcada pelo relógio, na época da Revolução Industrial. Do século XIV em diante, construíram-se relógios de igreja e relógios públicos nas cidades e nas grandes cidades-mercados. A maioria das paróquias inglesas devia possuir relógios de igreja no final do século XVI.¹⁹ Mas a exatidão desses relógios é motivo

(v) At length in Rows stands up the well-dry'd Corn,/ A grateful Scene, and ready for the Barn./ Our well-pleas'd Master views the Sight with joy,/ And we for carrying all our Force employ./ Confusion soon o'er all the Field appears,/ And stunning Clamours fill the Workmens Ears;/ The Bells, and clashing Whips, alternate sound,/ And rattling Waggons thunder o'er the Ground./ The Wheat got in, the Pease, and other Grain,/ Share the same Fate, and soon leave bare the Plain:/ In noisy Triumph the last Load moves on,/ And loud Huzza's proclaim the Harvest done.

de discussão; e o relógio de sol continuava em uso (em parte para acertar o relógio) nos séculos XVII, XVIII e XIX.²⁰

No século XVII, continuavam a ser feitas doações generosas (às vezes dispostas como *clockland* [terra para o relógio], *ding dong land* [terra para o ding dong] ou *curfew bell land* [terra para o toque de recolher]) para que soassem os sinos da manhã e os sinos de recolher.²¹ Assim, em 1664, Richard Palmer de Wokingham (Berkshire) doou terras a serem administradas com a finalidade de pagar o sacristão, para que tocasse o grande sino durante meia hora, todas as noites às oito horas e todas as manhãs às quatro horas, ou tão próximo dessas horas quanto possível, de 10 de setembro a 11 de março de cada ano,

não só para que todos os que morassem ao alcance do soar do sino pudessem ser com isso induzidos a repousar a uma hora conveniente da noite, e a levantar cedo de manhã para os trabalhos e deveres de suas várias profissões (horários geralmente observados e recompensados com economia e competência no trabalho) [...],

mas também para que os forasteiros e outros que escutassem o som do sino nas noites de inverno “pudessem ficar sabendo a hora da noite e ter alguma orientação para acertarem o seu caminho”. Esses “fins racionais”, pensava ele, “só podiam ser apreciados por uma pessoa judiciosa, a mesma prática sendo observada e aprovada na maioria das cidades e cidades-mercados, e em muitos outros lugares do reino [...]”. O sino também lembraria aos homens a sua morte, a Ressurreição e o Juízo Final.²² O som era mais eficaz que a visão, especialmente nos distritos manufatureiros em desenvolvimento. Nos distritos produtores de roupas de West Riding, nos Potteries^{vi} (e provavelmente em outros distritos), ainda se empregava a trompa para acordar as pessoas de manhã.²³ De vez em quando o fazendeiro despertava os seus trabalhadores nas choupanas; e sem dúvida o costume de bater à porta para acordar os moradores terá começado com os primeiros moinhos.

Um grande progresso na exatidão dos relógios caseiros veio com o uso do pêndulo após 1658. Os relógios de pêndulo começaram a se espalhar a partir da década de 1660, mas os relógios com os ponteiros dos minutos (além dos ponteiros das horas) só se tornaram comuns depois dessa época.²⁴ Quanto a modelos mais portáteis, a exatidão do relógio de bolso era duvidosa antes de se aprimorar o mecanismo de escape e de se introduzir o “cabelo” (mola helicoidal), o que só aconteceu depois de 1674.²⁵ Ainda se preferia o formato ornado e rico à simples funcionalidade. Um diarista de Sussex observa em 1688: “comprei [...] um relógio de bolso com caixa de prata, que me custou três libras

(vi) Distrito oleiro em Staffordshire. (N. R.)

[...]. Esse relógio marca a hora do dia, o mês do ano, a fase da lua e o fluxo e o refluxo das marés; e funciona trinta horas sem precisar de corda".²⁶

O professor Cipolla sugere 1680 como a data em que a fabricação de relógios portáteis e não portáteis ingleses suplantou (por quase um século) a dos concorrentes europeus.²⁷ A fabricação dos relógios nascera das habilidades do ferreiro,²⁸ e a afinidade ainda podia ser observada nas centenas de relojoeiros independentes, trabalhando para atender encomendas locais em suas próprias oficinas, dispersas pelas cidades-mercados e até pelas grandes vilas da Inglaterra, Escócia e País de Gales no século XVIII.²⁹ Embora muitos deles não aspirassem a nada mais refinado do que o prosaico relógio de pêndulo da casa da fazenda, havia entre eles artesãos de talento. John Harrison, relojoeiro e antigo carpinteiro de Barton-on-Humber (Lincolnshire), criou um cronômetro marítimo, e em 1730 podia afirmar que

consequira fazer com que um relógio chegasse mais perto da verdade do que se imaginaria possível, considerando a enorme quantidade de segundos que existe num mês, espaço de tempo em que ele não varia mais de um segundo [...]. Tenho certeza de que posso fazê-lo atingir uma precisão de dois ou três segundos num ano.³⁰

Em 1810, John Tibbot, um relojoeiro de Newtown (Montgomeryshire), criara um relógio que (afirmava ele) raramente variava mais de um segundo em dois anos.³¹ Entre esses extremos, havia os inúmeros artesãos engenhosos e altamente competentes que desempenharam um papel crucialmente importante na inovação técnica durante as primeiras fases da Revolução Industrial. Na verdade, a descoberta dessa questão não foi deixada a cargo dos historiadores, pois ela era forçosamente discutida nas petições dos relojoeiros contra os impostos diretos em fevereiro de 1798. Assim, a petição de Carlisle:

[...] as manufaturas de algodão e lã são inteiramente gratas aos relojoeiros pelo estado de perfeição de sua maquinaria, pois, nos últimos anos, grandes números desses relojoeiros [...] têm sido empregados para inventar e construir, bem como para supervisionar essa maquinaria [...].³²

A fabricação de relógios não portáteis nas pequenas cidades sobreviveu até o século XVIII, embora se tornasse comum nos primeiros anos desse século que o relojoeiro local comprasse as peças já prontas em Birmingham, montando-as depois em sua própria oficina. Ao contrário, a fabricação de relógios portáteis, desde os primeiros anos do século XVIII, estava concentrada em alguns centros, dentre os quais os mais importantes eram Londres, Coventry, Prescott e Liverpool.³³ Uma subdivisão pormenorizada do trabalho ocorreu cedo nessa atividade, facilitando a produção em grande escala e a redução dos preços: a produção anual da indústria no seu auge (1796) era variadamente estimada em

120 mil e 191 678, sendo uma parte substancial para o mercado de exportação.³⁴ Embora tenha durado apenas de julho de 1797 a março de 1798, a tentativa desavisada de Pitt de taxar os relógios portáteis e não portáteis foi um marco decisivo no destino da indústria. Em 1796, os profissionais já reclamavam da competição dos relógios portáteis franceses e suíços; as queixas continuam a crescer nos primeiros anos do século XIX. Em 1813, a Companhia dos Relojoeiros alegava que o contrabando de relógios de ouro baratos assumira proporções alarmantes, e eram as joalherias, os armarinhos, as chapelarias, as lojas de moda, os bazares, as perfumarias etc. que os vendiam, “quase inteiramente para o uso das *classes mais altas da sociedade*”. Ao mesmo tempo, mercadorias baratas contrabandeadas, vendidas por penhoristas ou caixeiros-viajantes, deviam chegar às classes mais pobres.³⁵

É claro que havia muitos relógios portáteis e não portáteis por volta de 1800. Mas não é tão claro quem os possuía. A dra. Dorothy George, escrevendo sobre a metade do século XVIII, sugere que “os trabalhadores, assim como os artesãos, freqüentemente possuíam relógios de prata”, mas a afirmação é indefinida quanto à data e apenas ligeiramente documentada.³⁶ O preço médio dos relógios de pêndulo simples, fabricados localmente em Wrexham entre 1755 e 1774, era de duas libras a duas libras e quinze xelins; em 1795, uma lista de preços de Leicester para relógios não portáteis novos, sem caixas, vai de três a cinco libras. Um bom relógio portátil certamente não custaria menos.³⁷ Diante das circunstâncias, nenhum dos trabalhadores cujo orçamento foi registrado por Eden ou David Davies poderia ter cogitado esses preços, apenas o artesão urbano mais bem pago. Na metade do século, o tempo marcado pelo relógio (suspeita-se) ainda pertencia à *gentry*, aos mestres, aos fazendeiros e aos comerciantes; e talvez a complexidade do formato e a preferência pelo metal precioso fossem uma maneira deliberada de acentuar o seu simbolismo de status.

Mas a situação também parecia estar mudando nas últimas décadas do século. O debate provocado pela tentativa de se taxar todos os tipos de relógio em 1797-8 fornece algumas evidências. Talvez tenha sido o mais impopular e certamente o mais fracassado de todos os impostos diretos de Pitt:

*Se ele te rouba o dinheiro — ora, as calças ainda te restam;
E as fraldas da camisa, se ele ficar com as calças;
E a pele, se te roubar a camisa; e os pés descalços, se te roubar os sapatos.
Portanto, esqueça os impostos — Nós derrotamos a frota holandesa!*^{vii.38}

(vii) If your Money he take — why your Breeches remain;/ And the flaps of your Shirts,
if your Breeches he gain;/ And your Skin, if your Shirts; and if Shoes, your bare feet./ Then,
never mind TAXES — We've beat the Dutch fleet!

Os impostos eram de dois xelins e seis pence sobre cada relógio portátil de metal ou prata; dez xelins sobre cada relógio de ouro; e cinco xelins sobre cada relógio não portátil. Nos debates sobre o imposto, as declarações dos ministros só eram notáveis pelas suas contradições. Pitt declarou esperar que o imposto produzisse 200 mil libras por ano: “Na verdade, ele pensava que como havia 700 mil casas que pagavam imposto, e como em toda casa havia provavelmente uma pessoa que usava relógio portátil, só o imposto sobre os relógios portáteis produziria esse valor”. Ao mesmo tempo, em resposta às críticas, os ministros afirmavam que a posse de relógios portáteis e não portáteis era um sinal de luxo. O ministro do Tesouro via os dois lados da questão: os relógios portáteis e não portáteis “eram certamente artigos de conveniência, mas eram também artigos de luxo [...] geralmente em mãos de pessoas que tinham capacidade de pagar [...]”. “Entretanto, ele pretendia isentar os relógios não portáteis de tipo mais simples que estavam em geral nas mãos das classes mais pobres.”³⁹ O ministro claramente considerava o imposto uma espécie de baú da sorte; suas estimativas eram três vezes maiores que as de seu mentor:

TABELA DE ESTIMATIVAS

| <i>Artigos</i> | <i>Imposto</i> | <i>Estimativa do ministro</i> | <i>Significaria</i> |
|--|--------------------------|-------------------------------|--|
| Relógios portáteis de prata e metal barato | dois xelins e seis pence | 10 mil libras | 800 mil relógios portáteis |
| Relógios portáteis de ouro | dez xelins | 200 mil libras | 400 mil relógios portáteis |
| Relógios não portáteis | cinco xelins | 3 ou 4 mil libras | em torno de 1 400 000 relógios não portáteis |

Com os olhos brilhando à perspectiva do aumento de renda, Pitt revisou as suas definições: era possível possuir um *único* relógio portátil (ou cachorro) como artigo de conveniência — mais do que isso eram “padrões de riqueza”.⁴⁰

Infelizmente para os que quantificam o crescimento econômico, uma questão não foi levada em conta. O imposto era impossível de ser arrecadado.⁴¹ Todos os chefes de família receberam ordens de enviar a lista dos relógios portáteis e não portáteis existentes nas suas casas, sob pena de severas sanções. As declarações dos valores para tributação deviam ser trimestrais:

O sr. Pitt tem idéias muito apropriadas sobre as demais finanças do país. Está determinado que o imposto de *meia coroa* sobre os relógios portáteis seja coletado *trimestralmente*. É grandioso e digno. Confere ao homem um ar de importância pagar *sete pence e meio* para sustentar a *religião*, a *propriedade* e a *ordem social*.⁴²

Na verdade, o imposto era considerado loucura, criador de um sistema de espionagem, e um golpe contra a classe média.⁴¹ Houve uma greve dos consumidores. Os proprietários de relógios de ouro fundiam as tampas e trocavam-nas por prata ou metal barato.⁴² Os centros de comércio se viram mergulhados em crise e depressão.⁴³ Ao revogar a lei em março de 1798, Pitt disse tristemente que a arrecadação do imposto *teria* ultrapassado os cálculos originalmente feitos; mas não fica claro se ele se referia à sua própria estimativa (200 mil libras) ou à do ministro do Tesouro (700 mil libras).⁴⁴

Ainda continuamos sem saber (mas em boa companhia). Havia muitos relógios no país na década de 1790: a ênfase estava mudando do “luxo” para a “conveniência”; até os colonos podiam ter relógios de madeira que custavam menos de vinte xelins. Na verdade (como seria de esperar), ocorria uma difusão geral de relógios portáteis e não portáteis no exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho.

Embora começassem a aparecer alguns relógios muito baratos — e de qualidade inferior —, os preços dos relógios eficientes continuaram ainda por várias décadas fora do alcance do artesão.⁴⁵ Mas não devemos deixar que preferências econômicas normais nos desorientem. O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço. Um relógio não era apenas útil; conferia prestígio ao seu dono, e um homem podia se dispor a fazer economia para comprar um. Havia várias fontes, várias oportunidades. Durante décadas, uma série de relógios bons mas baratos passou das mãos do batedor de carteira para o receptor, a casa de penhores, a taverna.⁴⁶ Até os trabalhadores, uma ou duas vezes na vida, podiam ter um ganho inesperado e gastá-lo comprando um relógio: a gratificação da milícia,⁴⁷ os rendimentos da colheita ou os salários anuais do criado.⁴⁸ Em algumas partes do país, fundaram-se Clubes do Relógio — para compras em prestações coletivas.⁴⁹ Além disso, o relógio era o banco do pobre, o investimento das poupanças: nos tempos difíceis, podia ser vendido ou posto no prego.⁵⁰ “Este relógio aqui”, dizia um tipógrafo cockney na década de 1820, “me custou apenas uma nota de cinco libras quando o comprei, e já o empenhei mais de vinte vezes, ao todo consegui mais de quarenta libras com ele. É um anjo da guarda para um sujeito, é um bom guarda [relógio] quando se está quebrado.”⁵¹

Sempre que um grupo de trabalhadores entrava numa fase de melhoria do padrão de vida, a aquisição de relógios era uma das primeiras mudanças notadas pelos observadores. Na famosa descrição de Radcliffe sobre a idade de ouro dos tecelões manuais de Lancashire na década de 1790, os homens tinham “todos um relógio no bolso”, e toda casa era “bem equipada com um relógio numa caixa

de mogno elegante ou refinada”.⁵⁴ Em Manchester, cinquenta anos mais tarde, o mesmo ponto atraiu a atenção de um repórter:

Nenhum trabalhador de Manchester ficará sem relógio nem um minuto a mais do que puder evitar. Vê-se, aqui e ali, nas melhores casas, aqueles relógios antiquados de mostrador metálico e corda para oito dias; mas o artigo mais comum é de longe a pequena máquina holandesa, com seu pêndulo agitado balançando aberta e candidamente diante de todo mundo.⁵⁵

Trinta anos mais tarde, o símbolo do próspero líder do sindicato Lib-La^{viii} era a dupla corrente de ouro de seu relógio; e por cinquenta anos de servidão disciplinada ao trabalho, o empregador esclarecido dava ao seu empregado um relógio de ouro gravado.

IV

Vamos voltar do relógio para a tarefa. A atenção ao tempo no trabalho depende em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho. Mas na medida em que a manufatura continuava a ser gerida em escala doméstica ou na pequena oficina, sem subdivisão complexa dos processos, o grau de sincronização exigido era pequeno, e a orientação pelas tarefas ainda prevalecia.⁵⁶ O sistema de trabalho em domicílio [*putting-out system*] exigia muita busca, transporte e espera de materiais. O mau tempo podia prejudicar não só a agricultura, a construção e o transporte, mas também a tecelagem, pois as peças prontas tinham de ser estendidas sobre a rama para secar. Quando examinamos cada tarefa mais detalhadamente, ficamos surpresos com a multiplicidade de tarefas subsidiárias que o mesmo trabalhador ou grupo de família devia realizar numa única choupana ou oficina. Mesmo em oficinas maiores, os homens às vezes continuavam a realizar tarefas distintas nas suas bancadas ou teares, e — exceto quando o receio de desvio de materiais impunha supervisão mais rigorosa — demonstravam alguma flexibilidade no ir e vir.

Daí temos a irregularidade característica dos padrões de trabalho antes da introdução da indústria em grande escala movida a máquinas. Segundo as exigências gerais das tarefas semanais ou quinzenais — a peça de tecido, tantos pregos ou pares de sapatos —, o dia de trabalho podia ser prolongado ou reduzido. Além disso, nos primeiros desenvolvimentos da manufatura e da mineração, ainda existiam muitas ocupações mistas: os mineiros de estanho da Cornualha também participavam da pesca da sardinha; os mineiros de chumbo

(viii) Aliança política entre o Partido Liberal e o Partido Trabalhista. (N. R.)

do Norte eram igualmente pequenos proprietários de terra; os artesãos da vila se dedicavam a várias tarefas na construção, transporte de carroça, carpintaria; os trabalhadores domésticos deixavam o seu trabalho para ajudar na colheita; o pequeno fazendeiro/tecelão dos Peninos.

É da natureza desse tipo de trabalho não admitir cronogramas precisos e representativos. Mas alguns trechos do diário de um tecelão agricultor metódico em 1782-3 podem nos dar uma idéia da variedade das tarefas. Em outubro de 1782, ele ainda estava trabalhando na colheita e na debulha, além de fazer seu trabalho de tecelão. Num dia chuvoso, ele podia tecer 8,5 ou nove jardas; no dia 14 de outubro, ele entregou a peça de tecido pronta, e por isso teceu apenas 4,75 jardas; no dia 23, ele “trabalhou fora de casa” até as três horas, teceu duas horas antes do anoitecer, “remendou o casaco à noite”. No dia 24 de dezembro, “teci duas jardas antes das onze horas. Empilhei o carvão, limpei o telhado e as paredes da cozinha, e adubei a terra até as dez horas da noite”. Além de trabalhar na colheita e na debulha, fazer manteiga, cavar vala e cuidar do jardim, temos as seguintes entradas:

18 de janeiro de 1783 Estive preparando o estábulo de um bezerro e buscando as copas de três árvores que cresciam na vereda e naquele dia foram derrubadas e vendidas para John Blagbrough.

21 de janeiro Teci 2,75 jardas, pois, como a vaca teve bezerro, exigia muitos cuidados. (No dia seguinte, ele caminhou até Halifax para comprar remédio para a vaca.)

No dia 25 de janeiro, ele teceu duas jardas, caminhou até uma vila vizinha, realizou “diversos trabalhos na roda do tear e no quintal, e à noite escreveu uma carta”. Outras ocupações compreendiam vender mercadorias com um cavalo e uma carroça, colher cerejas, trabalhar na represa de um moinho, assistir à reunião de uma associação batista e a um enforcamento público.⁵⁷

Essa irregularidade geral deve ser situada no âmbito do ciclo irregular da semana de trabalho (e, na verdade, do ano de trabalho) que provocava tantas lamentações por parte dos moralistas e mercantilistas do século XVII. Um poema publicado em 1639 nos dá uma versão satírica:

*Sabemos que a segunda-feira é irmã do domingo;
A terça-feira também;
Na quarta-feira temos de ir à igreja e rezar;
A quinta-feira é meio-feriado;
Na sexta-feira é tarde demais para começar a fiar;
O sábado é outra vez meio-feriado.*^{ix 58}

(ix) You know that Munday is Sundayes brother;/ Tuesday is such another;/ Wednesday you must go to Church and pray;/ Thursday is half-holiday;/ On Friday it is too late to begin to spin;/ The Saturday is half-holiday again.

Em 1681, John Houghton nos dá a versão indignada:

Quando os fabricantes de malhas ou de meias de seda conseguiam um bom preço pelo seu trabalho, observava-se que raramente trabalhavam nas segundas-feiras e nas terças-feiras, mas passavam a maior parte de seu tempo na cervejaria ou no boliche [...]. Quanto aos tecelões, é comum vê-los bêbados nas segundas-feiras, com dor de cabeça nas terças, e com as ferramentas estragadas nas quartas. Quanto aos sapateiros, eles preferem ser enforcados a esquecerem são Crispim na segunda-feira [...] e isso geralmente se prolonga enquanto têm no bolso uma moeda de um penny ou crédito no valor de um penny.⁵⁹

O padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva. (O padrão persiste ainda hoje entre os autônomos — artistas, escritores, pequenos agricultores e talvez até estudantes — e propõe a questão de saber se não é um ritmo “natural” de trabalho humano.) Na segunda-feira e na terça-feira, segundo a tradição, o tear manual seguia o canto de *Plen-ty of Time, Plen-ty of Time* [*Tempo de so-bra, Tempo de so-bra*]; na quinta e na sexta, *A day t'lat, A day t'lat* [*Um dia atrasado, Um dia atrasado*].⁶⁰ A tentação de dormir uma hora a mais de manhã esticava o trabalho até a noite, horas iluminadas pelas velas.⁶¹ São poucos os ofícios que não respeitam a Santa Segunda-Feira: sapateiros, alfaiates, mineiros de carvão, tipógrafos, oleiros, tecelões, fabricantes de malhas, cuteleiros, todos os cockneys. Apesar do emprego pleno de muitos profissionais londrinos durante as Guerras Napoleônicas, uma testemunha reclamava que “vemos a Santa Segunda-Feira tão religiosamente observada nesta grande cidade [...] em geral também seguida por uma Santa Terça-Feira”.⁶² Se dermos crédito a “The jovial cutlers”, uma canção de Sheffield do final do século XVIII, essa prática não se dava sem tensões domésticas:

*Quando numa boa Santa Segunda-Feira,
Sentados à beira do fogo da forja,
Contando o que se fez no domingo,
Com alegria jovial conspiramos,
Logo escuto a porta do alçapão se erguer,
Na escada está minha mulher:
“Ao diabo, Jack, vou bater na tua cara,
Tu levas uma vida de bêbado irritante,
Ficas aí sentado em vez de trabalhar,
Com o cântaro sobre o joelho;
Maldito, tudo contigo é sorrateiro.
E eu a trabalhar para ti como uma escrava”.^x*

(x) How upon a good Saint Monday/
Sitting by the smithy fire,
Telling what's been done
o't Sunday,
And in cheerful mirth conspire,
Soon I hear the trap-door rise up,
On the ladder
stands my wife:
“Damn thee, Jack, I'll dust they eyes up,
Thou leads a plaguy drunken life:
Here thou sits instead of working,
Wi' thy pitcher on thy knee;
Curse thee, thou'd be always
lurking,
And I may slave myself for thee”.

A mulher continua, falando “mais rápido/ Do que minha broca em ritmo de sexta-feira”, para demonstrar a demanda efetiva do consumidor:

*“Olha só o espartilho que tenho,
Olha o meu par de sapatos,
Vestido e saia meio esfarrapados,
Nenhum ponto inteiro na malha da minha meia [...]”^{x1}*

Para dar o aviso de uma greve geral:

*“Sabes que odeio discussões e brigas,
Mas não tenho nem sabão, nem chá:
Ou te endireita, Jack, abandona o barril,
Ou nunca mais vais dormir comigo.”^{xii63}*

A Santa Segunda-Feira parece ter sido observada quase universalmente em todos os lugares em que existiam indústrias de pequena escala, domésticas e fora da fábrica. Essa tradição era geralmente encontrada nos poços das minas, e às vezes continuava na manufatura e na indústria pesada.⁶⁴ Perpetuou-se na Inglaterra até o século XIX — e, na verdade, até o século XX⁶⁵ — por complexas razões econômicas e sociais. Em alguns ofícios, os próprios pequenos mestres aceitavam a instituição e usavam a segunda-feira para receber ou entregar encomendas. Em Sheffield, onde os cuteleiros tenazmente observaram o feriado durante séculos, ele se tornou “um hábito e costume estabelecido” que até as usinas siderúrgicas observavam (1874): “Em alguns casos, essa ociosidade na segunda-feira é imposta pelo fato de que a segunda-feira é o dia reservado para os consertos das máquinas nas grandes siderúrgicas”.⁶⁶ Onde o costume estava profundamente estabelecido, a segunda-feira era o dia reservado para fazer compras e para os negócios pessoais. Igualmente, como Duveau sugere a respeito dos trabalhadores franceses, “le dimanche est le jour de la famille, le lundi celui de l’amitié” [o domingo é o dia da família, a segunda-feira, o da amizade]; e à medida que avançava o século XIX, a celebração desse dia era uma espécie de privilégio de status do artesão mais bem pago.⁶⁷

É no relato de “O velho oleiro”, publicado ainda em 1903, que temos algumas das observações mais perspicazes sobre os ritmos irregulares de trabalho que continuavam a existir nas olarias mais antigas até a metade do século. Os oleiros (nas décadas de 1830 e 1840) “tinham um respeito devoto pela Santa Segunda-Feira”. Embora prevalecesse o costume do contrato anual, a remuneração

(xi) “See thee, look what stays I’ve gotten./ See thee. what a pair of shoes;/ Gown and petticoat half rotten./ Ne’er a whole stitch in my hose [...]”

(xii) “Thou knows I hate to broil and quarrel./ But I’ve neither soap nor tea;/ Od burn thee, Jack, forsake thy barrel,/ Or nevermore thou’st lie wi’ me.”

ração semanal era pelo número de peças, e os oleiros qualificados empregavam as crianças e trabalhavam, com pouca supervisão, no seu próprio ritmo. As crianças e as mulheres vinham trabalhar na segunda-feira e na terça-feira, mas predominava “um sentimento de feriado” e o dia de trabalho era mais curto que o normal, pois os oleiros se ausentavam a maior parte do tempo, bebendo o que tinham ganho na semana anterior. Entretanto, as crianças tinham de preparar trabalho para o oleiro (por exemplo, as asas dos potes que ele iria moldar), e todos sofriam com a jornada excepcionalmente longa (catorze e às vezes dezesseis horas por dia) que cumpriam de quarta-feira a sábado: “Penso desde então que, se não fosse o alívio no começo da semana com a ajuda das mulheres e dos meninos no trabalho da olaria, o esforço mortal dos últimos quatro dias não poderia ser mantido”. “O velho oleiro”, um pregador metodista leigo de visão liberal-radical, via esses costumes (que ele deplorava) como conseqüência da falta de mecanização das olarias; e insistia que a mesma indisciplina no trabalho diário influenciava toda a vida e as organizações da classe trabalhadora dos Potteries. “As máquinas significam disciplina nas operações industriais”:

Se uma máquina a vapor começasse a funcionar todas as segundas-feiras de manhã às seis horas, os trabalhadores se disciplinariam com o hábito do trabalho regular e contínuo [...]. Também observei que as máquinas parecem inculcar o hábito do cálculo. Os trabalhadores dos Potteries eram lamentavelmente deficientes a esse respeito; viviam como crianças, sem nenhuma previsão calculada de seu trabalho ou de seu resultado. Em alguns dos condados mais ao norte, esse hábito de calcular o trabalho os tornou agudamente sagazes de muitas maneiras bem visíveis. Suas grandes sociedades cooperativas nunca teriam surgido, nem se desenvolvido de modo tão imenso e frutífero, se não fosse o cálculo induzido pelo uso da máquina. Uma máquina em operação durante tantas horas na semana produzia tantos metros de fio ou tecido. Os minutos eram experienciados como fatores influentes nesses resultados, enquanto nos Potteries as horas, ou às vezes até os dias, mal eram experienciados como fatores influentes. Havia sempre as manhãs e as noites dos últimos dias da semana, com as quais sempre se contava para compensar a perda devido à negligência do início da semana.⁶⁶

Esse ritmo irregular é comumente associado com bebedeiras no fim de semana: a Santa Segunda-Feira é o alvo em muitos folhetos vitorianos sobre a temperança. Mas até o mais sóbrio e disciplinado dos artesãos podia sentir a necessidade dessas alternâncias de ritmo. “Não sei como descrever a aversão e o nojo que às vezes toma conta do trabalhador, incapacitando-o completamente a realizar as tarefas habituais durante um período mais longo ou mais curto”, escreveu Francis Place em 1829; e acrescentou uma nota de rodapé com seu testemunho pessoal:

Por quase seis anos, trabalhando, quando tinha alguma coisa a fazer, de doze a dezoito horas por dia; quando, pela causa acima mencionada, já não conseguia continuar trabalhando, costumava fugir o mais rápido possível para Highgate, Hampstead, Muswell-hill ou Norwood, e depois “retornava a meu vômito” [...]. Isso acontece com todos os trabalhadores que conheço; e quanto mais sem esperança é o caso de um homem, mais freqüentes serão esses acessos e de maior duração.⁶⁶

Por fim, podemos notar que a irregularidade do dia e da semana de trabalho estava estruturada, até as primeiras décadas do século XIX, no âmbito da irregularidade mais abrangente do ano de trabalho, pontuado pelos seus feriados e feiras tradicionais. Ainda assim, apesar do triunfo do sábado sobre os antigos dias dos santos no século XVII,⁷⁰ o povo se agarrava tenazmente às suas festas e cerimônias consagradas pelo costume na paróquia, e até pode lhes ter dado maior vigor e dimensão.⁷¹

Até que ponto esse argumento pode ser estendido da manufatura aos trabalhadores rurais? Diante das circunstâncias, parece haver trabalho diário e semanal implacável nessa área: o trabalhador rural não tinha Santa Segunda-Feira. Mas ainda falta uma discriminação detalhada das diferentes situações de trabalho. A aldeia do século XVIII (e XIX) tinha seus próprios artesãos independentes, bem como muitos que eram empregados para fazer tarefas irregulares.⁷² Além disso, na área rural sem cercamentos, o argumento clássico contra o campo aberto e as terras comunais era a sua ineficiência e desperdício de tempo, porque o pequeno agricultor ou colono:

[...] se lhes oferecem trabalho, eles respondem que têm de ir cuidar das suas ovelhas, cortar tojo, tirar a vaca do curral, ou, talvez, dizem que têm de mandar ferrar o cavalo, para que ele possa levá-los a uma corrida de cavalos ou a uma partida de críquete. [Arbuthnot, 1773]

Ao perambular atrás de seu gado, ele adquire um hábito de indolência. Um quarto do dia, a metade do dia e às vezes os dias inteiros são imperceptivelmente perdidos. O trabalho diário se torna desagradável [...]. [Relatório sobre Somerset, 1795]

Quando o trabalhador se torna dono de mais terras do que ele e a sua família conseguem cultivar à tarde [...] o fazendeiro já não pode depender dele para trabalho constante [...]. [*Commercial & Agricultural Magazine*, 1800]⁷³

A isso devemos acrescentar as queixas freqüentes dos adeptos do aprimoramento agrícola a respeito do tempo desperdiçado, tanto nas feiras sazonais como (antes da introdução do armazém da aldeia) nos dias de mercado semanais.⁷⁴

O criado da fazenda, ou o trabalhador rural regular e remunerado, que trabalhava, impecavelmente, todas as horas regulamentares ou até mais, que não tinha direitos ou terra comuns, e que (se não morasse na casa do patrão) vivia nu-

ma choupana a ela vinculado, estava sem dúvida sujeito a uma intensa disciplina de trabalho, tanto no século XVII como no XIX. Markham descreveu espiritualmente o dia de um lavrador (que morava na casa do patrão) em 1636: “[...] o lavrador deve se levantar antes das quatro horas da madrugada, e depois de dar graças a Deus pelo seu descanso e orar pelo sucesso de seu trabalho, deve entrar no estábulo [...]”. Depois de limpar o estábulo, tratar dos cavalos, alimentá-los e preparar os seus apetrechos, ele talvez tomasse o café da manhã (às seis ou seis e meia da manhã) e devia arar até as duas ou três horas da tarde, quando tirava meia hora para o almoço; devia cuidar dos cavalos etc. até as seis e meia da tarde, quando então podia entrar para o jantar:

[...] e depois do jantar, ele devia consertar os sapatos à beira do fogo, tanto os seus como os da família, bater o cânhamo ou o linho, colher e esmagar maçãs silvestres para fazer cidra ou suco de frutas, ou então moer o malte no moedor manual, colher junco para fazer velas, ou realizar alguma tarefa doméstica dentro de casa até baterem as oito horas [...].^{xiii}

Então ele devia mais uma vez cuidar de seu gado e (“dando graças a Deus pelos benefícios recebidos naquele dia”) podia ir dormir.⁷⁵

Mesmo assim, temos direito a demonstrar um certo ceticismo. Há dificuldades óbvias na natureza da ocupação. Arar não é uma tarefa feita o ano inteiro. As horas e as tarefas devem flutuar com o tempo. Os cavalos (se não os homens) devem descansar. Há dificuldade de supervisão: os relatos de Robert Loder indicam que os criados (quando fora da vista dos patrões) nem sempre estavam de joelhos agradecendo a Deus pelos seus benefícios: “os homens trabalham quando lhes apraz, e por isso podem vadiar”.⁷⁶ O próprio fazendeiro devia fazer horas extras se quisesse manter todos os seus trabalhadores sempre ocupados.⁷⁷ E o criado da fazenda podia reivindicar o seu direito anual de partir se o trabalho não lhe agradasse.

Assim, tanto os cercamentos como o desenvolvimento agrícola se preocupavam, em certo sentido, com a administração eficiente do tempo da força de trabalho. Os cercamentos e o excedente cada vez maior de mão-de-obra no final do século XVIII arrojavam a vida daqueles que tinham um emprego regular. Eles se viam diante da seguinte alternativa: emprego parcial e assistência aos pobres, ou submissão a uma disciplina de trabalho mais exigente. Não é uma questão de técnicas novas, mas de uma percepção mais aguçada dos empregadores capitalistas empreendedores quanto ao uso parcimonioso do tempo. Is-

(xiii) [...] and after supper, hee shall either by the fire side mend shoes both for himselfe and their Family, or beat and knock Hemp or Flax, or picke and stamp Apples or Crabs, for Cyder or Verdjuyce, or else grind malt on the quernes, pick candle rushes, or doe some Husbandly office within doors till it be full eight a clock [...].

so se revela no debate entre os defensores da mão-de-obra remunerada com emprego regular e os defensores do “trabalho por empreitada” (isto é, trabalhadores empregados para tarefas específicas e pagos pelo trabalho executado). Na década de 1790, Sir Mordaunt Martin desaprovou o recurso ao trabalho por empreitada

que as pessoas aprovam, para não ter o trabalho de vigiar os seus empregados: o resultado é que o trabalho é malfeito, os trabalhadores se vangloriam na cervejaria do que eles podem gastar numa “mijada contra a parede”, criando descontentamento entre os homens com remunerações moderadas.

“Um fazendeiro” se opõe a essa visão com o argumento de que o trabalho por empreitada e o trabalho remunerado regular podiam ser judiciosamente misturados:

Dois trabalhadores se comprometem a cortar a grama de um pedaço de terra, cobrindo dois xelins ou meia coroa por acre; mando ao campo, com as suas foices, dois de meus criados domésticos; sei que posso contar com o fato de que seus companheiros os farão acompanhar o ritmo de trabalho; e assim eu ganho [...] de meus criados domésticos as mesmas horas adicionais de trabalho que meus criados contratados voluntariamente lhe dedicam.⁷⁸

No século XIX, o debate foi em grande parte decidido a favor do trabalho remunerado semanalmente, suplementado pelo trabalho por tarefas quando havia necessidade. O dia do trabalhador de Wiltshire, descrito por Richard Jefferies na década de 1830, não era menos longo do que o descrito por Markham. Talvez por opor resistência a esse labutar implacável, esse trabalhador se distinguia pelo “caminhar desajeitado” e pela “lentidão mortal que parece impregnar tudo o que ele faz”.⁷⁹

O trabalho mais árduo e prolongado de todos era o da mulher do trabalhador na economia rural. Parte desse trabalho — especialmente o cuidado dos bebês — era o mais orientado pelas tarefas. Outra parte se dava nos campos, de onde ela retornava para novas tarefas domésticas. Como Mary Collier reclamou numa réplica inteligente a Stephen Duck:

[...] e quando chegamos em casa,
Ai de nós! vemos que nosso trabalho mal começou;
Tantas coisas exigem a nossa atenção,
Tivéssemos dez mãos, nós as usaríamos todas.
Depois de pôr as crianças na cama, com o maior carinho
Preparamos tudo para a volta dos homens ao lar:
Eles jantam e vão para a cama sem demora,
E descansam bem até o dia seguinte;
Enquanto nós, ai! só podemos ter um pouco de sono
Porque os filhos teimosos choram e gritam
[...]

*Em todo trabalho (nós) temos nossa devida parte;
E desde o tempo em que a colheita se inicia
Até o trigo ser cortado e armazenado,
Nossa labuta é todos os dias tão extrema
Que quase nunca há tempo para sonhar.*^{XIV 80}

Esse ritmo só era tolerável porque parte do trabalho, com as crianças e em casa, se revelava necessário e inevitável, e não uma imposição externa. Isso continua a ser verdade até os dias de hoje, e, apesar do tempo da escola e do tempo da televisão, o ritmo do trabalho feminino em casa não se afina totalmente com a medição do relógio. A mãe de crianças pequenas tem uma percepção imperfeita do tempo e segue outros ritmos humanos. Ela ainda não abandonou de todo as convenções da sociedade “pré-industrial”.

V

Coloquei “pré-industrial” entre aspas: e por uma razão. É verdade que a transição para a sociedade industrial desenvolvida requer uma análise tanto sociológica como econômica. Conceitos como “preferência de tempo” e “curva da oferta de mão-de-obra de inclinação retrógrada” são, muito frequentemente, tentativas desajeitadas de encontrar termos econômicos para descrever problemas sociológicos. Mas, da mesma forma, é suspeita a tentativa de fornecer modelos simples para um processo único, supostamente neutro, tecnologicamente determinado, conhecido como “industrialização”.⁸¹

Não se trata apenas de que as manufaturas altamente desenvolvidas e tecnicamente ativas (e o modo de vida por elas sustentado) na França e na Inglaterra do século XVIII só possam ser descritas como “pré-industriais” por meio de tortura semântica. (E tal descrição abre a porta para infundáveis analogias falsas entre sociedades que se encontram em níveis econômicos muito diferentes.) Trata-se também de que nunca houve nenhum tipo isolado de “transição”. A ênfase da transição recai sobre toda a cultura: a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura. Essa cultura expressa os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas etc., e não atentar para es-

(xiv) [...] when we Home are come,/ Alas! we find our Work but just begun;/ So many Things for our Attendance call./ Has we ten Hands, we could employ them all./ Our Children put to Bed, with greatest Care/ We all Things for your coming Home prepare:/ You sup, and go to Bed without delay./ And rest yourselves till the ensuing day:/ While we, alas! but little Sleep can have,/ Because our froward Children cry and rave [...]/ In ev'ry Work (we) take our proper Share:/ And from the Time that Harvest doth begin/ Until the Corn be cut and carry'd in,/ Our Toil and Labour's daily so extreme,/ That we have hardly ever Time to dream.

ses fatores simplesmente produz uma visão pouco profunda dos fenômenos e torna a análise trivial. Acima de tudo, a transição não é para o “industrialismo” *tout court*, mas para o capitalismo industrial ou (no século XX) para sistemas alternativos cujas características ainda são indistintas. O que estamos examinando neste ponto não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em *qualquer* sociedade, mas essas mudanças como são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra.

Há razões para a transição ter sido peculiarmente demorada e carregada de conflitos na Inglaterra. Entre as que são freqüentemente observadas, podemos citar: a primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra, e não havia Cadillac, siderúrgicas ou aparelhos de televisão para servir de demonstração do objetivo da operação. Além disso, as preliminares da Revolução Industrial foram tão longas que se desenvolvera, nos distritos manufatureiros no início do século XVIII, uma cultura popular vigorosa e reconhecida, que os propagandistas da disciplina consideravam com aflição. Josiah Tucker, o deão de Gloucester, declarou em 1745 que “as pessoas das classes inferiores” eram totalmente degeneradas. Os estrangeiros (pregava) consideravam “as *pessoas comuns* de nossas *idades populosas* os miseráveis mais *dissolutos e depravados* na face da Terra”: “Tanta brutalidade e insolência, tanta libertinagem e extravagância, tanta ociosidade, falta de religião, blasfêmias e pragas, tanto desprezo por tudo quanto é regra e autoridade [...]. O nosso povo *se embebedou com a taça da liberdade*”.³²

Os ritmos irregulares do trabalho descritos na seção anterior nos ajudam a compreender a severidade das doutrinas mercantilistas quanto à necessidade de manter os salários baixos para prevenir o ócio, e apenas na segunda metade do século XVIII os incentivos salariais “normais” do capitalismo parecem ter começado a se tornar amplamente efetivos.³³ Os confrontos a respeito da disciplina já foram examinados por outros estudiosos.³⁴ A minha intenção é abordar mais particularmente várias questões que dizem respeito à disciplina de trabalho. A primeira é encontrada no extraordinário *Law book* [Livro de leis] da Siderúrgica Crowley. No próprio nascimento da unidade manufatureira de grande escala, o velho autocrata Crowley achava necessário projetar todo um código civil e penal, que chegava a mais de 100 mil palavras, para governar e regular a sua força de trabalho rebelde. Os preâmbulos às Normas 40 (sobre o diretor da fábrica) e 103 (sobre o supervisor) tocam na nota predominante da fiscalização moralmente justa. Da Norma 40:

Tenho sido horivelmente enganado, com a conivência dos funcionários do escritório, por várias pessoas que trabalham por dia, e tenho pago por muito mais

tempo de trabalho do que em sã consciência devia pagar, e tal é a vileza e a traição de vários empregados do escritório que eles ocultam a preguiça e a negligência dos que são pagos por dia [...].

E da Norma 103:

Alguns têm alegado uma espécie de direito à ociosidade, pensando que pela sua presteza e capacidade fazem o suficiente em menos tempo do que os outros. Outros têm sido bastante tolos a ponto de pensar que a simples presença no local de trabalho sem nada fazer já é suficiente [...]. Outros ainda são tão desavergonhados que se orgulham de sua vileza e reprovam a diligência dos demais [...].

Com a finalidade de detectar a preguiça e a vilania, bem como recompensar os justos e diligentes, achei conveniente criar um registro de tempo feito por um supervisor; assim determino, e fica pelo presente determinado, que das cinco às oito horas e das sete às dez horas são quinze horas, das quais se tira 1,5 para o café da manhã, o almoço etc. Haverá portanto treze horas e um serviço semi-regular [...].

Esse serviço deve ser calculado “depois de descontadas todas as idas às tavernas, cervejarias, cafés, o tempo tirado para o café da manhã, almoço, brincadeiras, sonecas, fumo, cantorias, leitura de notícias, brigas, lutas, disputas ou qualquer coisa alheia ao meu negócio, e outra forma qualquer de vadiagem”.

O supervisor e o diretor da fábrica tinham ordens para manter uma folha de controle do tempo de cada diarista, com registros anotados com precisão de minutos, informando “Entrada” e “Saída”. Na norma do supervisor, a Instrução 31 (uma adição posterior) declara:

Considerando as informações que tenho recebido de que vários empregados do escritório são tão injustos a ponto de calcular o tempo pelos relógios que andam mais rápido, o sino tocando antes da hora do fim do expediente, e pelos relógios que andam mais devagar, o sino tocando depois da hora do início do expediente, e que esses dois traidores Fowell e Skellerne têm conscientemente permitido tal coisa; fica determinado que a esse respeito nenhuma pessoa deve calcular o tempo por nenhum outro relógio de parede, sino, portátil ou relógio de sol que não seja o do supervisor, o qual só deve ser alterado pelo guarda do relógio [...].

O diretor da fábrica tinha ordens para manter o relógio de pulso “trancado a sete chaves a fim de impedir que outra pessoa o alterasse”. Os seus deveres eram também definidos na Instrução 8:

Toda manhã, às cinco horas, o diretor deve tocar o sino para o início do trabalho, às oito horas para o café da manhã, depois de meia hora para o retorno ao trabalho, ao meio-dia para o almoço, a uma hora para o trabalho e às oito para o fim do expediente, quando tudo deve ser trancado.

O seu livro do registro do tempo devia ser entregue todas as terças-feiras com a seguinte declaração: “Este registro do tempo é feito sem favorecimento, nem simpatia, má vontade ou ódio, e realmente acredito que as pessoas acima mencionadas trabalharam no serviço do cavalheiro John Crowley as horas acima debitadas”.⁸⁵

Nesse ponto, já em 1700, estamos entrando na paisagem familiar do capitalismo industrial disciplinado, com a folha de controle do tempo, o controlador do tempo, os delatores e as multas. Uns setenta anos mais tarde, a mesma disciplina deveria ser imposta nas algodoarias primitivas (embora as próprias máquinas fossem um poderoso complemento ao controlador do tempo). Sem a ajuda das máquinas para regular o ritmo de trabalho nas olarias, esse disciplinador supostamente formidável, Josiah Wedgwood, ficava reduzido a tentar impor a disciplina aos oleiros em termos surpreendentemente ineficientes. Os deveres do secretário da fábrica eram:

Ser o primeiro a estar na fábrica de manhã e acomodar as pessoas em suas atividades à medida que chegam para o trabalho — estimular aqueles que chegam regularmente na hora, dando-lhes a entender que sua regularidade é devidamente registrada, e distinguindo-os, com repetidos sinais de aprovação, do grupo menos ordeiro dos trabalhadores, por meio de presentes ou outras distinções apropriadas à sua faixa etária etc.

Aqueles que chegam mais tarde do que a hora determinada devem ser notificados, e se depois de repetidos sinais de desaprovação eles não chegam na hora devida, deve-se fazer um registro do tempo que deixaram de trabalhar, e cortar a quantia correspondente de seus salários na hora do pagamento, se forem assalariados, e, se forem pagos pelo número de peças feitas, devem ser mandados de volta, depois de freqüentes avisos, na hora da primeira refeição.⁸⁶

Esses regulamentos tornaram-se depois um tanto mais rigorosos: “Qualquer trabalhador que forçar a entrada pelo cubículo do porteiro depois da hora permitida pelo mestre paga uma multa de 2/-d”.⁸⁷ McKendrick mostrou como Wedgwood lutou com o problema da fábrica Etruria e introduziu o primeiro sistema registrado de relógio de ponto.⁸⁸ Mas assim que a presença forte do próprio Josiah desaparecia de vista, os incorrigíveis oleiros pareciam voltar a muitos de seus antigos hábitos.

É demasiado fácil, entretanto, ver esse problema apenas como uma questão de disciplina na fábrica ou na oficina, e podemos examinar rapidamente a tentativa de se impor o “uso-econômico-do-tempo” nos distritos manufatureiros domésticos, bem como o choque dessas medidas com a vida social e doméstica. Quase tudo o que os mestres *queriam* ver imposto pode ser encontrado nos limites de um único folheto, *Friendly advice to the poor* [Conselho amigável dos

pobres], do rev. J. Clayton, “escrito e publicado a pedido dos antigos e atuais funcionários da cidade de Manchester” em 1755. “Se o *preguiçoso esconde as mãos* no colo, em vez de aplicá-las ao trabalho; se ele gasta o seu tempo em passeios, prejudica a sua constituição pela preguiça, e entorpece o seu espírito pela indolência [...]”, então ele só pode esperar a pobreza como recompensa. O trabalhador não deve flanar na praça do mercado, nem perder tempo fazendo compras. Clayton reclama que “as igrejas e as ruas [estão] apinhadas de inúmeros espectadores” nos casamentos e funerais, “os quais apesar da miséria de sua condição faminta [...] não têm escrúpulos em desperdiçar as melhores horas do dia só para admirar o espetáculo [...]”. A mesa do chá é “esse vergonhoso devorador de tempo e dinheiro”. Julgamento que também se aplica às festas da paróquia, aos feriados e às festas anuais das sociedades de amigos. E também “esse hábito preguiçoso de passar a manhã na cama”: “A necessidade de levantar cedo forçaria o pobre a ir para a cama cedo; e com isso impediria o perigo de folias à meia-noite”. O hábito de levantar cedo também “introduziria uma regularidade rigorosa nas famílias, uma ordem maravilhosa na sua economia”.

O catálogo é familiar, e poderia ser igualmente tirado de Baxter no século anterior. Se podemos confiar em *Early days* [Primeiros tempos] de Bamford, Clayton não conseguiu convencer muitos tecelões a abandonar o seu antigo modo de vida. Ainda assim, o longo coro matinal dos moralistas é um prelúdio ao ataque muito contundente aos costumes, esportes e feriados populares, feito nos últimos anos do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX.

Havia outra instituição não industrial que podia ser usada para inculcar o “uso-econômico-do-tempo”: a escola. Clayton reclamava que as ruas de Manchester viviam cheias de “crianças vadias esfarrapadas; que estão não só desperdiçando o seu tempo, mas também aprendendo hábitos de jogo” etc. Ele elogiava as escolas de caridade por ensinarem o trabalho, a frugalidade, a ordem e a regularidade: “os estudantes ali são obrigados a levantar cedo e a observar as horas com grande pontualidade”.⁸⁹ Ao advogar, em 1770, que as crianças pobres fossem enviadas com quatro anos aos asilos de pobres, onde seriam empregadas nas manufaturas e teriam duas horas de aulas por dia, William Temple foi explícito sobre a influência socializadora do processo:

É considerável a utilidade de estarem constantemente empregadas, de algum modo, pelo menos durante doze horas por dia, ganhando o seu sustento ou não; pois, por esse meio, esperamos que a nova geração fique tão acostumada com o trabalho constante que ele acabe por se revelar uma ocupação agradável e divertida para eles [...].⁹⁰

Em 1772, Powell também via a educação como um treinamento para adquirir o “hábito do trabalho”; quando a criança atingia os seis ou sete anos, devia estar “habituada, para não dizer familiarizada, com o trabalho e a fadiga”.⁹¹ Escrevendo de Newcastle em 1786, o rev. William Turner recomendava as escolas de

Raikes como “um espetáculo de ordem e regularidade”, e citava um fabricante de cânhamo e linho de Gloucester que teria afirmado que as escolas haviam produzido uma mudança extraordinária: “eles se tornaram [...] mais tratáveis e obedientes, e menos briguentos e vingativos”.⁹² Exortações à pontualidade e à regularidade estão inscritas nos regulamentos de todas as pré-escolas: “Toda estudante deve estar na sala de aula aos domingos, às nove horas da manhã e a uma e meia da tarde, senão ela perderá o seu lugar no domingo seguinte e ficará no fim da fila”.⁹³ Uma vez dentro dos portões da escola, a criança entrava no novo universo do tempo disciplinado. Nas escolas dominicais metodistas em York, os professores eram multados por impontualidade. A primeira regra que o estudante devia aprender era: “Devo estar presente na escola [...] alguns minutos antes das nove e meia [...]”. Uma vez na escola, obedeciam a regras militares:

O supervisor deve tocar o sino mais uma vez — quando, a um sinal de sua mão, toda a escola deve levantar de seus assentos; a um segundo sinal, os estudantes se viram; a um terceiro, movem-se lenta e silenciosamente para o lugar indicado onde devem recitar suas lições — ele então pronuncia a palavra “Comecem” [...].⁹⁴

A investida, vinda de tantas direções, contra os antigos hábitos de trabalho do povo não ficou certamente sem contestações. Na primeira etapa, encontramos a simples resistência.⁹⁵ Mas, na etapa seguinte, quando é imposta a nova disciplina de trabalho, os trabalhadores começam a lutar, não contra o tempo, mas sobre ele. As evidências nesse ponto não são completamente claras. Mas nos ofícios artesanais mais bem organizados, especialmente em Londres, não há dúvida de que as horas eram progressivamente reduzidas à medida que avançavam as associações. Lipson cita o caso dos alfaiates de Londres que tiveram suas horas reduzidas em 1721, e mais uma vez em 1768; em ambas as ocasiões, os intervalos no meio do dia para almoçar e beber também foram reduzidos — o dia foi comprimido.⁹⁶ No final do século XVIII, há alguma evidência de que alguns ofícios favorecidos tinham ganho algo em torno de dez horas por dia.

Essa situação só podia persistir em ofícios excepcionais e num mercado de mão-de-obra favorável. Uma referência num panfleto de 1827 ao “sistema inglês de trabalhar das seis da manhã às seis da tarde”⁹⁷ pode ser uma indicação mais confiável da expectativa geral quanto às horas dos artesãos e artífices fora de Londres na década de 1820. Nos ofícios desprezíveis e nos trabalhos fora da fábrica, as horas (quando havia trabalho) estavam provavelmente seguindo tendência oposta.

Era exatamente naquelas atividades — as fábricas têxteis e as oficinas — em que se impunha rigorosamente a nova disciplina de tempo que a disputa sobre o tempo se tornava mais intensa. No princípio, os piores mestres tentavam expropriar os trabalhadores de todo conhecimento sobre o tempo. “Eu trabalhava na fábrica do sr. Braid”, declarou uma testemunha:

Ali trabalhávamos enquanto ainda podíamos enxergar no verão, e não saberia dizer a que hora parávamos de trabalhar. Ninguém a não ser o mestre e o filho do mestre tinha relógio, e nunca sabíamos que horas eram. Havia um homem que tinha relógio [...]. Foi-lhe tirado e entregue à custódia do mestre, porque ele informara aos homens a hora do dia [...].⁹⁸

Uma testemunha de Dundee dá um depoimento bastante semelhante:

[...] na realidade não havia horas regulares: os mestres e os gerentes faziam conosco o que desejavam. Os relógios nas fábricas eram freqüentemente adiantados de manhã e atrasados à noite; em vez de serem instrumentos para medir o tempo, eram usados como disfarces para encobrir o engano e a opressão. Embora isso fosse do conhecimento dos trabalhadores, todos tinham medo de falar, e o trabalhador tinha medo de usar relógio, pois não era incomum despedirem aqueles que ousavam saber demais sobre a ciência das horas.⁹⁹

Pequenos truques eram usados para diminuir a hora do almoço e aumentar o dia. “Todo industrial quer logo ser um cavalheiro”, disse uma testemunha perante a Comissão de Sadler:

e eles desejam se apossar de tudo o que for possível, assim o sino toca para a saída dos trabalhadores meio minuto depois da hora, e eles querem que todos entrem na fábrica dois minutos antes do tempo [...]. Se o relógio é como costumava ser, o ponteiro dos minutos é controlado pelo peso, de modo que, ao passar pelo ponto da gravidade, ele cai três minutos de uma só vez, o que lhes concede apenas 27 minutos, em vez de trinta.¹⁰⁰

Um cartaz grevista de Todmorden, mais ou menos do mesmo período, emprega palavras mais grosseiras: “se esse porco sujo, ‘o encarregado das máquinas do velho Robertshaw’, não cuidar da sua vida e nos deixar em paz, vamos só lhe perguntar há quanto tempo ele não recebe um copo de cerveja por trabalhar dez minutos fora do expediente”.¹⁰¹ A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro.¹⁰²

VI

Vimos até agora um pouco das pressões externas que impuseram essa disciplina. Mas que dizer da internalização dessa disciplina? Até que ponto era im-

posta, até que ponto assumida? Devemos, talvez, virar o problema ao contrário mais uma vez, e situá-lo dentro da evolução da ética puritana. Não se pode afirmar que haja algo radicalmente novo na pregação da diligência ou na crítica moral da ociosidade. Mas há talvez um novo tom de insistência, uma inflexão mais firme, quando esses moralistas que já tinham aceito a nova disciplina para si mesmos passaram a impô-la aos trabalhadores. Muito antes de o relógio portátil ter chegado ao alcance do artesão, Baxter e seus colegas ofereciam a cada homem o seu próprio relógio moral interior.¹⁰³ Assim Baxter, em seu *Christian directory* [Guia cristão], apresenta muitas variações sobre o tema de Redimir o Tempo: “empregar todo o tempo para o dever”. As imagens do tempo como dinheiro são fortemente acentuadas, pois Baxter parecia ter em mente uma audiência de mercadores e comerciantes: “Lembraí-vos de que Redimir o Tempo é lucrativo [...] no comércio ou em qualquer negócio; na administração ou qualquer atividade lucrativa, costumamos dizer, de um homem que ficou rico com o seu trabalho, que ele fez bom uso de seu tempo”.¹⁰⁴ Oliver Heywood, em *Youth’s monitor* [Guia da juventude] (1689), está se dirigindo à mesma audiência:

Observai o tempo do comércio, atentai para vossos mercados; há certas estações especiais, que se mostrarão favoráveis a que executeis as vossas atividades com facilidade e sucesso; há momentos precisos, em que, se vossas ações acontecem, elas podem acelerar vosso passo: estações de fazer ou receber o bem não duram para sempre; a feira não continua o ano todo [...].¹⁰⁵

A retórica moral transita rapidamente entre dois pólos. De um lado, apóstrofes à brevidade da vida mortal quando colocada ao lado da certeza do Juízo Final. Assim *Meetness for Heaven* [Pronto para o Paraíso] de Heywood (1690):

O tempo não perdura, mas voa célere; porém, o que é eterno dele depende. Neste mundo, ganhamos ou perdemos a felicidade eterna. O grande peso da eternidade pende do pequeno e frágil fio da vida [...]. Este é o nosso dia de trabalho, o nosso tempo de mercado [...]. Oh, meus senhores, se dormirem agora, vão despertar no inferno, onde não há redenção.

Ou mais uma vez do *Youth’s monitor*: o tempo “é uma mercadoria demasiado preciosa para ser subestimada [...]. É a corrente de ouro da qual pende uma sólida eternidade; a perda de tempo é intolerável, porque irreversível”.¹⁰⁶ Ou do *Directory* de Baxter: “Oh, onde está a mente desses homens, e de que metal são feitos seus corações empedernidos, esses que podem vadiar e com brincadeiras desperdiçar o tempo, esse pouco tempo, esse único tempo, que lhes é dado para a salvação eterna de suas almas?”.¹⁰⁷

Por outro lado, temos as admoestações mais rudes e mundanas sobre a administração do tempo. Assim Baxter, em *The poor man’s family book* [O livro

de farmácia do pobre], aconselha: “Que o tempo de seu sono seja apenas o que a saúde exige, pois o tempo precioso não deve ser desperdiçado com preguiça desnecessária”; “vista-se rapidamente”; “e faça as suas atividades com diligência constante”.¹⁰⁸ Ambas as tradições se estenderam, por meio do *Serious call* [Vocação] de Law, até John Wesley. O próprio nome de “metodistas” enfatiza essa administração do tempo. Em Wesley, temos igualmente esses dois extremos — a estocada no nervo da mortalidade, a homilia prática. Foi a primeira (e não os terrores do fogo do inferno) que emprestou às vezes uma força histórica a seus sermões e provocou em seus prosélitos uma repentina consciência do pecado. Ele também continua as imagens de tempo-dinheiro, mas de forma menos explícita como tempo do mercador ou do mercado:

Cuide para andar de forma circunspecta, diz o apóstolo [...] redimindo o tempo; poupando todo o tempo possível para os melhores propósitos; arrebatando todo momento fugaz das mãos do pecado e de Satã, das mãos da preguiça, da indolência, do prazer, dos negócios mundanos [...].

Wesley, que nunca se poupou, e até os oitenta anos se levantava todos os dias às quatro da madrugada (ele deu ordens para que os meninos de Kingswood School fizessem o mesmo), publicou em 1786 uma brochura com o seu sermão *The duty and advantage of early rising* [O dever e as vantagens de levantar cedo]: “Ficando de molho [...] tanto tempo entre os lençóis quentes, a carne é como que escaldada, e torna-se macia e flácida. Os nervos, nesse meio tempo, ficam bem debilitados”. Isso nos lembra a voz do vadio de Isaac Watts. Sempre que Watts olhava para a natureza, a “abelhinha diligente” ou o sol nascendo à “hora apropriada”, ele lia a mesma lição para o homem irregenerado.¹⁰⁹ Ao lado dos metodistas, os evangélicos adotaram o tema. Hannah More contribuiu com versos imortais em seu “Early rising” [Acordar cedo]:

*Assassino calado, oh preguiça,
Pare de aprisionar minha mente;
E que eu não perca outra hora
Contigo, oh sono perverso.*^{xv 110}

Em uma de suas brochuras, *The two wealthy farmers* [Os dois fazendeiros ricos], ela consegue introduzir as imagens de tempo-dinheiro no mercado de mão-de-obra:

Quando mando meus trabalhadores entrarem sábado à noite para pagá-los, lembro-me freqüentemente do grande dia da prestação geral de contas, quando eu, você e todos nós seremos convocados para o nosso grandioso e terrível ajuste de

(xv) Thou silent murderer, Sloth, no more/ My mind imprison'd keep;/ Nor let me waste another hour/ With thee, thou felon Sleep.

contas [...]. Quando percebo que um de meus homens não fez jus ao salário que devia receber, porque andou vadiando numa feira; que outro perdeu um dia por bebedeira [...] não posso deixar de dizer para mim mesmo, chegou a noite; chegou a noite de sábado. Nenhum arrependimento, nenhuma diligência da parte desses pobres homens podem agora compensar o mau trabalho de uma semana. Essa semana passou para a eternidade.¹¹

Muito antes da época de Hannah More, entretanto, o tema da administração zelosa do tempo deixara de ser exclusivo das tradições puritanas, wesleyanas ou evangélicas. Foi Benjamin Franklin, que durante toda a vida alimentou um interesse técnico por relógios e que contava entre seus conhecidos John Whitedurst, de Derby, o inventor do relógio “automático”, quem deu ao tema a sua expressão secular mais inequívoca:

Como o nosso tempo é reduzido a um padrão, e o ouro do dia cunhado em horas, aqueles que trabalham sabem como empregar cada unidade de tempo com real proveito em suas diferentes profissões: e quem é pródigo com as suas horas esbanja na realidade dinheiro. Lembro-me de uma mulher notável, que tinha uma noção perfeita do valor intrínseco do tempo. Seu marido era sapateiro, excelente artesão, mas nunca prestava atenção aos minutos que passavam. Em vão ela tentou inculcar nele *que tempo é dinheiro*. Ele era brincalhão demais para compreender o que ela dizia, o que veio a ser a causa de sua ruína. Na cervejaria, entre os companheiros de lazer, se alguém observava que o relógio dera onze horas, ele dizia: *Que significa isso para nós? Se ela mandava o menino avisá-lo que já eram doze horas: Diga para ela não se preocupar, não pode ser mais que isso*. Se ele avisava que batera uma hora: *Que ela se console, pois não pode ser menos que isso*.¹²

A lembrança provém diretamente de Londres (suspeita-se), onde Franklin trabalhou como tipógrafo na década de 1720 — mas jamais seguindo o exemplo de seus colegas de trabalho que observavam a Santa Segunda-Feira, ele nos assegura em sua *Autobiography*. Em certo sentido, é apropriado que o ideólogo que deu a Weber o texto central para ilustrar a ética capitalista¹³ não viesse do Velho Mundo, mas do Novo — o mundo que devia inventar o relógio de ponto, preparar o caminho para o estudo de tempo-e-movimento, e atingir o seu apogeu com Henry Ford.¹⁴

VII

Por meio de tudo isso — pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes — formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo. A mudança levou às vezes várias gerações para

se concretizar (como nos *Potteries*), sendo possível duvidar até que ponto foi plenamente realizada: ritmos de trabalho irregulares foram perpetuados (e até institucionalizados) no século atual, especialmente em Londres e nos grandes portos.¹¹⁵

Durante todo o século XIX, a propaganda do uso-econômico-do-tempo continuou a ser dirigida aos trabalhadores, a retórica tornando-se mais aviltada, as apóstrofes à eternidade tornando-se mais gastas, as homilias mais mesquinhas e banais. Quando se examinam os primeiros panfletos e textos vitorianos dirigidos às massas, fica-se engasgado com a quantidade de material. Mas a eternidade se transformou nesses infindáveis relatos piedosos de leitos de moribundos (ou de pecadores atingidos por um raio), enquanto as homilias se tornaram pequenos fragmentos à Samuel Smiles sobre homens humildes que tiveram sucesso porque se levantavam cedo e trabalhavam diligentemente. As classes ociosas começaram a descobrir o “problema” (sobre o qual muito se discute hoje em dia) do lazer das massas. Depois de concluir o seu trabalho, uma considerável quantidade de trabalhadores manuais (descobriu alarmado um moralista) ficava com

várias horas do dia para serem gastas quase como se lhe aprouvesse. E de que maneira [...] é esse tempo precioso empregado por aqueles que não têm cultura? [...] Nós os vemos muitas vezes apenas matando essas porções de tempo. Durante uma hora, ou horas a fio [...] eles ficam sentados num banco, ou se deitam sobre a ribanceira ou o morro, [...] totalmente entregues à ociosidade e ao torpor [...] ou reúnem-se em grupos à margem da estrada, prontos para descobrir motivos de risos grosseiros em tudo o que passar; dando mostras de impertinência, falando palavrões e zombando de tudo, às custas dos passantes [...].¹¹⁶

Sem dúvida, isso era pior que o bingo: uma não-produtividade, combinada com impertinência. Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente “passe o tempo”.

Mas até que ponto essa propaganda realmente teve sucesso? Até que ponto temos o direito de falar de uma reestruturação radical da natureza social do homem e de seus hábitos de trabalho? Apresentei em outro trabalho algumas razões para supor que essa disciplina foi realmente internalizada, e que podemos ver nas seitas metodistas do início do século XIX uma representação figurativa da crise psíquica por ela causada.¹¹⁷ Assim como a nova percepção do tempo desenvolvida pelos mercadores e pela *gentry* na Renascença parece encontrar expressão na consciência intensificada da mortalidade, assim também — é possível afirmar — o fato de essa percepção se estender até os trabalhadores durante a Revolução Industrial ajuda a explicar (junto com o acaso e a alta mortalidade da época) a ênfase obsessiva na morte encontrada em todos os sermões e

brochuras destinados ao consumo da classe trabalhadora. Ou (de um ponto de vista positivo) pode-se notar que, à medida que a Revolução Industrial avança, os incentivos salariais e as campanhas de expansão do consumo — as recompensas palpáveis pelo consumo produtivo do tempo e a prova de novas atitudes “proféticas” para com o futuro” — são claramente eficientes. Por volta das décadas de 1830 e 1840, observava-se comumente que o trabalhador industrial inglês se distinguia de seu colega irlandês, não só pela maior capacidade de trabalho, mas pela regularidade, pelo dispêndio metódico de energia, e talvez também pela repressão, não dos divertimentos, mas da capacidade de relaxar segundo os antigos hábitos desinibidos.

Não há como quantificar a percepção de tempo de um trabalhador, nem a de milhões de trabalhadores. Mas é possível oferecer uma prova de tipo comparativo. Pois o que os moralistas mercantilistas disseram sobre o fato de os ingleses pobres do século XVIII não reagirem aos incentivos e às disciplinas é freqüentemente repetido, por observadores e por teóricos do crescimento econômico, a respeito dos povos dos países em desenvolvimento na época atual. Assim os peões mexicanos nos primeiros anos deste século eram considerados um “povo indolente e infantil”. O mineiro mexicano tinha o costume de voltar à sua vila para o plantio e a colheita de cereais:

A sua falta de iniciativa, sua incapacidade de poupar, suas ausências para celebrar muitos feriados, sua disposição para trabalhar apenas três ou quatro dias por semana se isso satisfizesse as suas necessidades, seu desejo insaciável por bebidas alcoólicas — tudo era apontado como prova de uma inferioridade natural.

Ele não respondia a incentivos diretos no pagamento do dia de trabalho, e (como o mineiro inglês de carvão ou estanho do século XVIII) reagia melhor aos sistemas de empreitada ou subempreitada:

Dado um contrato de trabalho e a segurança de que receberá determinada quantia de dinheiro por cada tonelada de minério que minerar, e a certeza de que não importa quanto tempo ele vai levar para fazer o trabalho, ou quantas vezes vai sentar para contemplar a vida, ele trabalhará com um vigor extraordinário.¹¹⁹

Em generalizações fundamentadas por outro estudo das condições mexicanas de trabalho, Wilbert Moore observa: “O trabalho é quase sempre orientado para tarefas nas sociedades não industriais [...] e [...] talvez seja apropriado vincular os salários às tarefas, e não diretamente ao tempo, nas áreas de desenvolvimento recente”.¹²⁰

O problema se repete sob inúmeras formas na literatura da “industrialização”. Para o engenheiro do crescimento econômico, ele pode tomar a forma do absentismo — como a companhia deve lidar com o trabalhador impenitente na

plantação de Camarões que declara: “Como poderia um homem trabalhar desse jeito, dia após dia, sem faltar nunca? Ele não morreria?”.¹²¹

[...] todos os costumes da vida africana contribuem para que um nível elevado e sustentado de esforço numa determinada jornada de trabalho se transforme numa carga física e psicologicamente mais pesada do que na Europa.¹²²

Os compromissos de tempo no Oriente Médio ou na América Latina são freqüentemente tratados bastante negligentemente segundo os padrões europeus; os novos trabalhadores industriais só se acostumam gradativamente a observar um horário regular, a presença regular e um ritmo regular de trabalho; os horários do transporte ou a entrega de materiais nem sempre são confiáveis [...].¹²³

O problema pode tomar a forma de adaptar os ritmos sazonais do campo, com seus festivais e feriados religiosos, às necessidades da produção industrial:

O ano de trabalho da fábrica se adapta necessariamente às necessidades dos trabalhadores, em vez de ser um modelo ideal do ponto de vista da produção mais eficiente. Várias tentativas dos gerentes no sentido de alterar o padrão de trabalho não deram em nada. A fábrica volta a um horário aceitável para o cantelano.¹²⁴

Ou talvez adote a forma, como nos primeiros anos dos cotonifícios de Bombaim, de manter uma força de trabalho às custas de perpetuar métodos ineficientes de produção — horários flexíveis, intervalos e horas de refeição irregulares etc. É muito comum que, nos países onde os vínculos da nova classe proletária da fábrica com seus parentes (e talvez com propriedades de terra ou direitos à terra) nas vilas são muito mais estreitos — e mantidos por muito mais tempo — do que na experiência inglesa, o problema pareça ser o de disciplinar uma força de trabalho que está apenas parcial e temporariamente “comprometida” com o modo de vida industrial.¹²⁵

As evidências são abundantes e nos lembram, pelo método do contraste, até que ponto nos habituamos a diferentes disciplinas. Sociedades industriais maduras de todos os tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o “trabalho” e a “vida”.¹²⁶ Mas, depois de levarmos tão longe o exame do problema, podemos nos permitir, à maneira do século XVIII, um pouco de moralização sobre nós mesmos. O ponto em discussão não é o do “padrão de vida”. Se os teóricos do crescimento querem de nós essa afirmação, podemos aceitar que a cultura popular mais antiga era sob muitos aspectos ociosa, intelectualmente vazia, desprovida de espírito e, na verdade, terrivelmente pobre. Sem a disciplina do tempo, não teríamos as energias persistentes do homem industrial; e adotando as formas do metodismo, do stalinismo ou do nacionalismo, essa disciplina chegará ao mundo em desenvolvimento.

O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que o outro, mas que esse é um ponto de conflito de enorme alcance; que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos. A literatura rapidamente crescente da sociologia da industrialização é como uma paisagem que foi devastada por anos de seca moral: é preciso viajar por dezenas de milhares de palavras crestadas pela abstração a-histórica entre cada oásis de realidade humana. Muitos dos engenheiros ocidentais do crescimento parecem totalmente presunçosos a respeito das dádivas de formação de caráter que trazem nas mãos para seus irmãos atrasados. A “estruturação de uma força de trabalho”, dizem Kerr e Siegel:

[...] implica o estabelecimento de regras sobre o tempo de trabalhar e de não trabalhar, sobre o método e a importância do pagamento, sobre o movimento de entrada e saída do trabalho e de uma posição para outra. Implica regras pertinentes à manutenção da continuidade no processo de trabalho [...], a tentativa de minimizar a revolta individual ou organizada, o fornecimento de uma visão de mundo, de orientações ideológicas, de crenças [...].¹²⁷

Wilbert Moore chegou até a redigir uma lista de compras dos “valores difundidos e das orientações normativas de alta relevância para o objetivo do desenvolvimento social” — “as seguintes mudanças de atitude e opinião são ‘necessárias’ se quisermos atingir um rápido desenvolvimento econômico e social”:

Impessoalidade: julgamento do mérito e do desempenho, e não dos antecedentes sociais ou de qualidades irrelevantes.

Especificidade de relações em termos de contexto e de limites de interação.

Racionalidade e capacidade de resolver problemas.

Pontualidade.

Reconhecimento da interdependência individualmente limitada, mas sistematicamente conectada.

Disciplina, deferência para com a autoridade legítima.

Respeito pelos direitos de propriedade [...].

Esses itens, junto com “a realização pessoal e as aspirações a uma mobilidade social”, não são, como nos assegura o professor Moore, “sugeridos como uma lista abrangente dos méritos do homem moderno [...]”. O ‘homem integral’ também amará a sua família, cultuará o seu Deus e saberá expressar os seus dons estéticos. Mas ele manterá cada uma dessas outras orientações ‘no seu devido lugar’.¹²⁸ Não deve causar-nos surpresa que essa “provisão de orientações ideológicas”, fornecida pelos Baxters do século XX, tenha recebido boa acolhida na Fundação Ford. Que elas tenham aparecido tão frequentemente em publicações patrocinadas pela UNESCO, é mais difícil de explicar.

VIII

Esse é um problema que os povos do mundo em desenvolvimento devem enfrentar em sua vida e em seu crescimento. Espera-se que eles tomem cuidado com modelos convenientes e manipuladores, que apresentam as massas trabalhadoras apenas como uma força inerte de trabalho. E surge também nos países industriais avançados a percepção de que esse deixou de ser um problema situado no passado. Pois estamos agora num ponto em que os sociólogos passaram a discutir o “problema” do lazer. E uma parte do problema é: como o lazer se tornou um problema? O puritanismo, com seu casamento de conveniência com o capitalismo industrial, foi o agente que converteu as pessoas a novas avaliações do tempo; que ensinou as crianças a valorizar cada hora luminosa desde os primeiros anos de vida; e que saturou as mentes das pessoas com a equação “tempo é dinheiro”.¹²⁹ Um tipo recorrente de revolta no capitalismo industrial ocidental, a rebeldia da boêmia ou dos beatniks, assume freqüentemente a forma de zombar da premência dos valores de tempo respeitáveis. E surge uma questão interessante: se o puritanismo era uma parte necessária do *ethos* do trabalho que deu ao mundo industrializado a capacidade de se libertar das economias do passado afligidas pela pobreza, a avaliação puritana do tempo começa a se deteriorar quando se abrandam as pressões da pobreza? Já está se deteriorando? As pessoas vão começar a perder aquela premência inquieta, aquele desejo de consumir o tempo de forma útil, que a maioria leva consigo assim como usa um relógio no pulso?

Se vamos ter mais tempo de lazer no futuro automatizado, o problema não é “como as pessoas vão conseguir *consumir* todas essas unidades adicionais de tempo de lazer?”, mas “que capacidade para a experiência terão as pessoas com esse tempo livre?”. Se mantemos uma avaliação de tempo puritana, uma avaliação de mercadoria, a questão é como *empregar* esse tempo, ou como será aproveitado pelas indústrias de entretenimento. Mas se a notação útil do emprego do tempo se torna menos compulsiva, as pessoas talvez tenham de reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial: como preencher os interstícios de seu dia com relações sociais e pessoais mais enriquecedoras e descompromissadas; como derrubar mais uma vez as barreiras entre o trabalho e a vida. Nasceria então uma nova dialética em que algumas das antigas energias e disciplinas migrariam para as nações em processo de industrialização recente, enquanto as antigas nações industrializadas procuram redescobrir modos de experiência esquecidos antes do início da história escrita:

[...] os nuer não têm expressão equivalente a “tempo” na nossa língua, e assim não podem, como nós, falar do tempo como se fosse algo real, que passa, que pode ser

desperdiçado, poupado e assim por diante. Acho que jamais experienciam o mesmo sentimento de lutar contra o tempo ou de ter que coordenar as atividades com a passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são basicamente as próprias atividades, que têm em geral caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos a que as atividades tenham de se ajustar com precisão. Os nuer são felizes.¹³⁰

Sem dúvida, nenhuma cultura reaparece da mesma forma. Se as pessoas vão ter de satisfazer ao mesmo tempo as exigências de uma indústria automatizada altamente sincronizada e de áreas muito ampliadas de “tempo livre”, devem de algum modo combinar numa nova síntese elementos do velho e do novo, descobrindo um imaginário que não se baseie nas estações, nem no mercado, mas nas necessidades humanas. A pontualidade no horário de trabalho expressaria respeito pelos colegas. E passar o tempo à toa seria comportamento culturalmente aceito.

Isso dificilmente encontra aprovação entre aqueles que vêem a história da “industrialização” — em termos aparentemente neutros, mas, na realidade, profundamente carregados de valores — como a história da crescente racionalização a serviço do crescimento econômico. O argumento é pelo menos tão velho quanto a Revolução Industrial. Dickens via o símbolo de Thomas Gradgrind (“sempre pronto para pesar e medir cada fardo humano e dizer exatamente o resultado obtido”) no “relógio estatístico mortal” em seu observatório, “que media todo segundo com uma batida semelhante a uma pancada seca na tampa do caixão”. Mas o racionalismo desenvolveu novas dimensões sociológicas desde a época de Gradgrind. Usando a mesma imagem favorita do relojoeiro, foi Werner Sombart quem substituiu o Deus do materialismo mecânico pelo empresário: “Se o racionalismo moderno é semelhante ao mecanismo de um relógio, deve existir alguém para lhe dar corda”.¹³¹ As universidades do Ocidente estão hoje apinhadas de relojoeiros acadêmicos, ansiosos por patentear novas soluções. Mas até agora poucos têm ido tão longe quanto Thomas Wedgwood, o filho de Josiah, que traçou um plano para introduzir o tempo e a disciplina de trabalho da fábrica Etruria nas próprias oficinas de formação da consciência da criança:

Meu objetivo é elevado — tenho procurado realizar um golpe de mestre que deve antecipar em um ou dois séculos o progresso veloz do desenvolvimento humano. Quase todo passo anterior a esse progresso pode ser atribuído à influência de personalidades superiores. Ora, é minha opinião que, na educação das maiores dessas personalidades, não mais que uma em dez horas tem sido posta a serviço da formação daquelas qualidades de que depende essa influência. Vamos supor que tivéssemos uma descrição detalhada dos primeiros vinte anos de vida de alguns

gênios extraordinários. Que cans de percepções! [...] Quantas horas, dias, meses prodigamente desperdiçados em ocupações improdutivas! Que abundância de impressões formadas pela metade e de concepções frustradas fundidas numa massa de confusão [...].

Na mente mais bem regulada dos dias de hoje, não houve e não há todos os dias algumas horas gastas em fantasias, pensamentos desgovernados e sem rumo?¹³²

O plano de Wedgwood era projetar um novo sistema de educação rigoroso, racional, teórico: Wordsworth foi proposto como um possível superintendente. Sua resposta foi escrever "The prelude" [O prelúdio] — um ensaio sobre o desenvolvimento da consciência de um poeta que era, ao mesmo tempo, uma polêmica contra:

*Os guias, os guardas de nossas faculdades
E intendentes de nosso trabalho, homens vigilantes
E hábeis com a usura do tempo,
Sábios, que na sua presciência controlariam
Todos os acasos, e ao caminho
Que criaram nos confinariam,
Como máquinas [...]*^{xvi}¹³³

Pois não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura. E o desenvolvimento da consciência social, como o desenvolvimento da mente de um poeta, jamais pode ser, em última análise, planejado.

(xvi) The Guides, The Wardens of our faculties/ And Stewards of our labour, watchful men/ And skilful in the usury of time./ Sages, who in their prescience would controul/ All accidents, and to the very road/ Which they have fashion'd would confine us down,/ Like engines [...].

6. TEMPO, DISCIPLINA DE TRABALHO E CAPITALISMO INDUSTRIAL (pp. 267-304)

(1) Lewis Mumford faz afirmações sugestivas em *Technics and civilization* (1934), esp. pp. 12-8, 196-9: ver também S. de Grazia, *Of time, work, and leisure* (Nova York, 1962), Carlo M. Cipolla, *Clocks and culture 1300-1700* (1967), e Edward T. Hall, *The silent language* (Nova York, 1959).

(2) J. le Goff, "Au Moyen Age: temps de L'Eglise et temps du marchand", *Annales E.S.C.*, xv (1960); e do mesmo autor "Le temps du travail dans le 'crise' du xiv^e siècle: du temps médiéval au temps moderne", *Le Moyen Age*, lxix (1963).

(3) M. Drayton, "Of his ladies not coming to London", *Works*, ed. J. W. Hebel (Oxford, 1932), iii, p. 204.

(4) A mudança é discutida em Cipolla, op. cit.; Erwin Sturzl, "Der Zeitbegriff in der Elisabethanischen Literatur", *Wiener Beitrage zur Englischen Philologie*, lxix (1965); Alberto Tenenti, *Il senso della morte e l'amore della vita nel Rinascimento* (Milão, 1957).

(5) Anônimo, *The clockmaker's outcry against the author of [...] Tristram Shandy* (1760), pp. 42-3.

(6) E. E. Evans-Pritchard. *The nuer* (Oxford, 1940), pp. 100-4; M. P. Nilsson, *Primitive time reckoning* (Lund, 1920), pp. 32-3; P. A. Sorokin e R. K. Merton, "Social time: a methodological and functional analysis", *Amer. Jl. Sociol.*, xlii (1937); A. I. Hallowell, "Temporal orientation in western civilization and in a pre-literate society", *Amer. Anthropol.*, nova série, xxxix (1937). Outras

fontes para a estimativa primitiva do tempo são citadas em H. G. Alexander, *Time as dimension and history* (Albuquerque, 1945), p. 26, e Beate R. Salz, "The human element in industrialization", *Econ. Devel. and Cult. Change*, iv (1955), esp. pp. 94-114.

(7) E. P. Salas, "L'évolution de la notion du temps et les horlogers à l'époque coloniale au Chili", *Annales E.S.C.*, xxi (1966), p. 146; *Cultural patterns and technical change*, ed. M. Mead (Nova York, UNESCO, 1953), p. 75.

(8) P. Bourdieu, "The attitude of the Algerian peasant toward time", in *Mediterranean countrymen*, ed. J. Pitt-Rivers (Paris, 1963), pp. 55-72.

(9) Cf. *ibid.*, p. 179: "Os hispano-americanos não regulam as suas vidas pelo relógio como os anglos-saxões o fazem. Quando alguém lhes pergunta quando planejam fazer alguma coisa, tanto as pessoas rurais como as urbanas dão respostas como: 'Agora mesmo, por volta das duas ou quatro horas'".

(10) J. M. Synge, *Plays, poems, and prose* (Everyman ed., 1941), p. 251.

(11) No tempo de Synge, o acontecimento mais importante na relação da ilha com a economia externa era a chegada do navio a vapor, e seus horários podiam ser muito influenciados pela maré e pelo clima. Ver Synge, *The Aran islands* (Dublin, 1907), pp. 115-6.

(12) PRO, WO 40/17. É interessante observar outros exemplos do reconhecimento de que o tempo dos navegadores entrava em conflito com as rotinas urbanas: o Supremo Tribunal da Marinha era sempre considerado aberto, "pois os estrangeiros e os mercadores, bem como os navegadores, devem aproveitar a oportunidade das marés e dos ventos, e não podem, sem danos e grandes prejuízos, acompanhar a solenidade dos tribunais e as alegações demoradas". Ver E. Vansittart Neale, *Feasts and fasts* (1845), p. 249. Em algumas regiões com legislação sabatista, abria-se uma exceção para os pescadores que avistavam um cardume perto da praia no sábado.

(13) Em *Critique de la vie quotidienne* (Paris, 1958), ii, pp. 52-6, Henri Lefebvre prefere a distinção entre "o tempo cíclico" — que nasce das ocupações sazonais variáveis da agricultura — e "o tempo linear" da organização industrial, urbana. Mais sugestiva é a distinção de Lucien Febvre entre "Le temps vécu et le temps-mesure", *La probléme de l'incroyance en XVI^e siècle* (Paris, 1947), p. 431. Um exame bastante esquemático da organização das tarefas nas economias primitivas está em Stanley H. Udy, *Organisation of work* (New Haven, 1959), cap. 2.

(14) *Rural economy in Yorkshire en 1641* [...] *farming and account books of Henry Best*, ed. C. B. Robinson (Surtees Society, xxxiii, 1857), pp. 38-9.

(15) G. M., *The enrichment of the weald of Kent*, 10^a ed. (1660), cap. xii: "Um cômputo geral dos trabalhos dos homens e do gado: o que cada um pode fazer diariamente sem se prejudicar", pp. 112-8.

(16) As estimativas da remuneração ainda pressupunham, é claro, o dia regulamentar do amanhecer ao crepúsculo, definido, ainda em 1725, numa avaliação de Lancashire: "Eles devem trabalhar das cinco da manhã até o período entre sete e oito da noite, da metade de março à metade de setembro" — e mais tarde "do início do dia até a noite", com duas meias horas para beber, uma hora para almoçar e (apenas no verão) meia hora para dormir: "do contrário, descontar um penny para cada hora de ausência": *Annals of Agriculture*, xxv (1796).

(17) "The thresher's labour", E. P. Thompson e Marian Sugden, orgs. (1989).

(18) M. K. Ashby, *Joseph Ashby of Tysoe* (Cambridge, 1961), p. 24.

(19) Sobre a primeira evolução dos relógios, ver Cipolla, *op. cit.*, *passim*; A. P. Usher, *A history of mechanical inventions*, rev. ed. (Cambridge, Mass., 1962), cap. vii; Charles Singer et al. (eds.), *A history of technology* (Oxford, 1956), iii, cap. xxiv; R. W. Symonds, *A history of English clocks* (Penguin, 1947), pp. 10-6, 33; E. L. Edwards, *Weight-driven chamber clocks of the Middle Ages and Renaissance* (Alrincham, 1965).

(20) Ver M. Gatty, *The book of sun-diales*, ed. rev. (1900). Um exemplo de um tratado que

explica com detalhes como acertar os relógios pelo relógio de sol pode ser encontrado em John Smith, *Horological dialogues* (1675). Exemplos de doações para relógios de sol podem ser encontrados em C. F. C. Benson, *Clockmaking in Oxfordshire* (Banbury Hist. Assn., 1962), pp. 76-8; A. J. Hawkes, *The clockmakers and watchmakers of Wigan, 1650-1850* (Wigan, 1950), p. 27.

(21) Como muitos relógios de igreja não batiam as horas, eram suplementados por um tocador de sino.

(22) *Charity Comissioners Reports* (1837/8), xxxii, pt. 1, p. 224; ver também H. Edwards, *A collection of old English customs* (1842), esp. pp. 223-7; S. O. Addy, *Household tales* (1895), pp. 129-39; *County folk-lore, East Riding of Yorkshire*, ed. Sra. Gutch (1912), pp. 150-1; *Leicestershire and Rutland*, ed. C. J. Billson (1848), p. 20; P. H. Ditchfield, *Old English customs* (1896), pp. 232-41.

(23) H. Heaton, *The Yorkshire woollen and worsted industries* (Oxford, 1965), p. 347. Wedgwood parece ter sido o primeiro a substituir a trompa pelo sino nos Potteries: E. Meteyard, *Life of Josiah Wedgwood* (1865), i, pp. 329-30.

(24) W. I. Milham, *Time and timekeepers* (1923), pp. 142-9; F. J. Britten, *Old clocks and watches and their makers*, 6ª ed. (1932), p. 543; E. Burton, *The longcase clock* (1964), cap. ix.

(25) Milham, op. cit., pp. 214-26; C. Clutton e G. Daniels, *Watches* (1965); F. A. B. Ward, *Handbook of the collections illustrating time measurement* (1947), p. 29; Cipolla, op. cit., p. 139.

(26) Edward Turner, "Extracts from the diary of Richard Stapley", *Sussex Archaeol. Coll.*, ii (1899), p. 113.

(27) Ver a admirável pesquisa sobre a origem da indústria inglesa em Cipolla, op. cit., pp. 65-9.

(28) Ainda em 1697, em Londres, a Companhia dos Ferreiros contestava o monopólio da Companhia dos Relojoeiros (fundada em 1631) sob o pretexto de que "é bem conhecido que eles são os fabricantes originais e apropriados dos relógios, e têm toda a habilidade e conhecimento do ofício [...]": S. E. Atkins e W. H. Overall, *Some account of the Worshipful Company of Clockmakers of the city of London* (1881), p. 118. Sobre um ferreiro/relojoeiro de aldeia, ver J. A. Daniell, "The making of clocks and watches in Leicestershire and Rutland", *Trans. Leics. Archaeol. Soc.*, xxvii (1951), p. 32.

(29) Encontram-se listas desses relojoeiros em Britten, op. cit.; John Smith, *Old Scottish clockmakers* (Edimburgo, 1921); e I. C. Peate, *Clock and watch makers in Wales* (Cardiff, 1945).

(30) Registros da Companhia dos Relojoeiros, London Guildhall Archives, 6026/1. Ver (sobre o cronômetro de Harrison) Ward, op. cit., p. 32.

(31) I. C. Peate, "John Tibbot, clock and watch maker". *Montgomeryshire Collections*, xlviii, pt. 2 (Welshpool, 1944), p. 178.

(32) *Commons Journals*, liii, p. 251. As testemunhas de Lancashire e Derby prestaram depoimento semelhante: *ibid.*, pp. 331, 335.

(33) Os centros de fabricação de relógios que entraram com petições contra o imposto em 1798 foram Londres, Liverpool, Carlisle e Derby: *Commons Journals*, liii, pp. 158, 167, 174, 178, 230, 232, 239, 247, 251, 316. Afirmava-se que 20 mil estavam envolvidos com esse ofício só em Londres, 7 mil dos quais em Clerkenwell. Mas, em Bristol, apenas 150 a duzentos estavam envolvidos. Sobre Londres, ver M. D. George, *London life in the eighteenth century* (1925), pp. 173-6; Atkins e Overall, op. cit., p. 269; *Morning Chronicle*, 19 de dezembro de 1797; *Commons Journals*, liii, p. 158. Sobre Bristol, *ibid.*, p. 332. Sobre Lancashire, *Victoria County history, Lancashire*.

(34) A estimativa mais baixa foi dada por uma testemunha perante a comissão sobre as petições dos relojoeiros (1798): *Commons Journals*, liii, p. 328 — estimativa do consumo doméstico anual 50 mil, para exportação 70 mil. Ver também uma estimativa semelhante (relógios portáteis e não portáteis) para 1813, Atkins e Overall, op. cit., p. 276. A estimativa mais alta é para os relógios portáteis marcados no Goldsmiths Hall — caixas de prata, 185 102 em 1796, dimi-

nuinto para 91 346 em 1816 — e está em *Report of the select committee on the petitions of watch-makers*, PP, 1817, vi, e 1818, ix, pp. 1, 12.

(35) Atkins e Overall, op. cit., pp. 302, 308 — estimativa (exagerada?) de 25 mil relógios de ouro e 10 mil relógios de prata importados, a maioria de forma ilegal, por ano; e anônimo, *Observations on the art and trade of clock and watchmaking* (1812), pp. 16-20.

(36) George, op. cit., p. 70. Eram certamente empregados vários meios de saber as horas sem o relógio: a gravura do cardador em *The book of English trades* (1818), p. 438, apresenta o cardador com uma amпуheta sobre o banco; os debulhadores mediam o tempo pela luz vinda da porta que se movia no chão do celeiro; e os mineiros de estanho da Cornualha mediam o tempo na mina subterrânea por meio de velas (informações de J. G. Rule).

(37) I. C. Peate, “Two Montgomeryshire craftsmen”, *Montgomeryshire Collections*, xlvii, pt. 1 (Welsphool, 1944), p. 5; Daniell, op. cit., p. 39. O preço médio dos relógios portáteis exportados em 1792 era quatro libras: PP, 1818, ix, p. 1.

(38) “A loyal song”, *Morning Chronicle*, 18 de dezembro de 1797.

(39) As isenções na lei (37 Geo. III, c. 108, cl., xii, xxii e xxiv) eram: a) para um relógio portátil ou não portátil de qualquer chefe de família isento do imposto de janela e casa (isto é, colono); b) para os relógios não portáteis “feitos de madeira, ou fixados sobre madeira, os quais são geralmente vendidos pelos respectivos fabricantes a um preço que não ultrapassa vinte xelins [...]”; c) para os criados na lavoura.

(40) *Morning Chronicle*, 1^a de julho de 1797; *Craftsman*, 8 de julho de 1779; *Parl. Hist.*, xxxiii, passim.

(41) No período que findava em 5 de abril de 1798 (três semanas depois da revogação), o imposto arrecadou 2 600 libras: PP, ciii, Contabilidade e Documentos (1797-8), xlv, pp. 933 (2) e 933 (3).

(42) *Morning Chronicle*, 26 de julho de 1797.

(43) Pode-se encontrar um indício dessa atitude no moroso conjunto de contas atrasadas. Imposto o tributo em julho de 1797: arrecadação, período que finda em janeiro de 1798 — trezentas libras. Revogado o tributo em março de 1798: contas atrasadas recebidas, período que finda em janeiro de 1799, 35 420 libras; período que finda em janeiro de 1800, 14 966 libras: PP, cix, Contabilidade e Documentos (1799-1800), li, pp. 1009 (2) e 1013 (2).

(44) *Morning Chronicle*, 16 de março de 1798; *Commons Journals*, liii, p. 328.

(45) Ver as petições citadas na nota 33; *Commons Journals*, liii, pp. 327-33; *Morning Chronicle*, 13 de março de 1798. Dizia-se que dois terços dos relojoeiros de Coventry estavam desempregados: *ibid.*, 8 de dezembro de 1797.

(46) *Craftsman*, 17 de março de 1798. A única realização da lei foi criar — nas tavernas e bares — a “Lei do Relógio do Parlamento”.

(47) Em 1813, há referências a relógios importados cujo preço chegou a cair até cinco xelins: Atkins e Overall, op. cit., p. 292. Ver também nota 39. O preço de um bom relógio inglês de bolso, feito de prata, era registrado em 1817 (*Comissão sobre as petições dos relojoeiros*, PP, 1817, vi) como dois ou três guinéus; na década de 1830, podia-se comprar um bom relógio de metal por uma libra: D. Lardner, *Cabinet Cyclopaedia* (1834), iii, p. 297.

(48) Muitos relógios devem ter trocado de mãos no submundo de Londres: a legislação em 1754 (27 Geo. II, c. 7) visava aos receptores de relógios roubados. Os batedores de carteira certamente continuavam a exercer sua atividade sem impedimentos: ver, por exemplo, *Minutes of select committee to inquire into the state of the police of the metropolis* (1816), p. 437 — “era mais fácil se desfazer de relógios roubados do que qualquer outra coisa [...]. Devia ser um bom relógio de prata patente para se conseguir duas libras; um relógio de ouro alcançava cinco ou seis libras”. Dizia-se que os receptores de relógios roubados em Glasgow vendiam grandes quantidades nos

distritos rurais da Irlanda (1834): ver J. E. Handley, *The Irish in Scotland, 1798-1845* (Cork, 1943), p. 253.

(49) “Como era um dos pontos de encontro para os voluntários da milícia, Winchester foi palco de motins, dissipação e extravagâncias absurdas. Supõe-se que nove décimos das gratificações pagas a esses homens, que chegavam a pelo menos 20 mil libras, eram gastos no ato entre as tavernas, as chapelarias, as relojoarias etc. Por simples capricho, notas de banco chegavam a ser realmente comidas entre fatias de pão e manteiga”: *Monthly Magazine*, setembro de 1799.

(50) Testemunhas perante a Comissão Seleta de 1817 reclamaram que se procurava impingir mercadorias de qualidade inferior (às vezes conhecidas como “relógios de judeu”) nas feiras rurais, vendidas aos crédulos em falsos leilões: *PP*, 1817, vi, pp. 15-6.

(51) Benjamin Smith, *Twenty-four letters from labourers in America to their friends in England* (1829), p. 48: a referência é a região de Sussex — vinte pessoas formaram um clube (como o Clube da Vacca) pagando cinco xelins cada uma durante vinte semanas sucessivas, e depois realizando o sorteio de um único relógio de cinco libras.

(52) *PP*, 1817, vi, pp. 19, 22.

(53) [C. M. Smith], *The working man's way in the world* (1853), pp. 67-8.

(54) W. Radcliffe, *The origin of power loom weaving* (Stockport, 1828), p. 167.

(55) *Morning Chronicle*, 25 de outubro de 1849. Mas J. R. Porter, *The progress of the nation* (1843), iii, p. 5, ainda via a posse de um relógio como “o indício seguro de prosperidade e de respeitabilidade pessoal por parte do trabalhador”.

(56) Sobre alguns dos problemas discutidos nesta seção e na seguinte, ver especialmente Keith Thomas, “Work and leisure in pre-industrial societies”, *Past and Present*, 29 (1964). E também C. Hill, “The uses of sabbatarianism”, in *Society and puritanism in pre-revolutionary England* (1964); E. S. Furniss, *The position of the laborer in a system of nationalism* (Boston, 1920: reimpressão 1965); D. C. Coleman, “Labour in the English economy of the seventeenth century”, *Econ. Hist. Rev.*, 2ª série, viii (1955-6); S. Pollard, “Factory discipline in the Industrial Revolution”, *Econ. Hist. Rev.*, 2ª série, xvi (1963-4); T. S. Ashton, *An economic history of England in the eighteenth century* (1955), cap. vii; W. E. Moore, *Industrialization and labor* (Nova York, 1952); e B. F. Hoselitz e W. E. Moore, *Industrialization and society* (UNESCO, 1963).

(57) Manuscrito dos diários de Cornelius Ashworth de Wheatley, na Halifax Ref. Lib.; ver também T. W. Hanson, “The diary of a grandfather”, *Trans. Halifax Antiq. Soc.* (1916). Em *Three centuries in North Oxfordshire* (Oxford, 1902), pp. 133-46, 103, M. Sturge Henderson cita passagens semelhantes (tecelagem, abate de porcos, derrubada de árvores, venda de mercadorias) do diário de um tecelão de Charlbury, 1784. É interessante comparar os cronogramas de trabalho de economias camponesas mais primitivas: por exemplo, Sol Tax, *Penny capitalism — a Guatemalan indian economy* (Washington, 1953), pp. 104-5; George M. Foster, *A primitive Mexican economy* (Nova York, 1942), pp. 35-8; M. J. Herskovits, *The economic life of primitive peoples* (Nova York, 1940), pp. 72-9; Raymond Firth, *Malay fishermen* (1946), pp. 93-7.

(58) *Divers crab-tree lectures* (1639), p. 126, citado em John Brand, *Observations on popular antiquities* (1813), i, pp. 459-60. Em *Antiquitates vulgares* (Newcastle, 1725), pp. 115 ss., H. Bourne declara que nas tardes de sábado nos locais e aldeias rurais “os trabalhos do arado cessam, e o descanso e o sossego tomam conta de toda a aldeia”.

(59) J. Houghton, *Collection of letters* (1683), p. 177, citado em Furniss, op. cit., p. 121.

(60) Hanson, op. cit., p. 234.

(61) J. Clayton, *Friendly advice to the poor* (Manchester, 1755), p. 36.

(62) *Report of the trial of Alexander Wadsworth against Peter Laurie* (1811), p. 21. A queixa é dirigida particularmente aos seleiros.

(63) *The songs of Joseph Mather* (Sheffield, 1862), pp. 88-90. O tema parece ter sido popu-

lar entre os compositores de baladas. Um exemplo de Birmingham, "Fuddling day, or Saint Monday" (pelo qual sou grato ao falecido Charles Parker), diz:

Saint Monday brings more ills about,
For when the money's spent,
The children's clothes go up the spout,
Which causes discontent;
And when at night he staggers home,
He knows not what to say,
A fool is more a man that he
Upon a fuddling day.

[A Santa Segunda-Feira provoca muitos males,
Pois quando o dinheiro foi gasto,
As roupas das crianças vão para o prego,
O que causa descontentamento;
E quando à noite ele cambaleia para casa,
Não sabe o que dizer;
Um tolo é mais homem do que ele
Num dia de bebedeira.]

(64) Era observada pelos tecelões mexicanos em 1800: ver Jan Bazant, "Evolution of the textile industry of Puebla, 1544-1845", *Comparative studies in society and history*, viii (1964), p. 65. Encontram-se relatos valiosos do costume na França nas décadas de 1850 e 1860 em George Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire* (Paris, 1946), pp. 242-8, e em P. Pierrard, *La vie ouvrière à Lille sous le Second Empire* (Paris, 1965), pp. 165-6. Ao realizar um levantamento das condições de trabalho na Europa, com a ajuda de consúlos norte-americanos, Edward Young menciona o costume na França, Bélgica, Prússia, Estocolmo etc. na década de 1870: E. Young, *Labour in Europe and America* (Washington, 1875), pp. 576, 661, 674, 685 etc.

(65) Principalmente nas minas. Um velho mineiro de Yorkshire me informa que na sua juventude era costume jogar "cara ou coroa" nas manhãs de sol das segundas-feiras, para decidir se iriam trabalhar ou não. Também tive informações de que a "Santa Segunda-Feira" ainda é observada em sua pureza primitiva por alguns tanoeiros em Burton-on-Trent.

(66) E. Young, op. cit., pp. 408-9 (relatório do consúlo norte-americano). Da mesma forma, em alguns distritos mineradores, o costume de "Pay Monday" era reconhecido pelos empregadores, e os poços só ficavam abertos para consertos: na segunda-feira, só "é realizado trabalho morto", *Report of the select committee on the scarcity and dearness of coal*, PP, 1873, x, QQ 177, 201-7.

(67) Duveau, op. cit., p. 247. "A journeyman engineer" (T. Wright) dedica um capítulo inteiro à "Santa Segunda-Feira" na sua obra *Some habits and customs of the working classes* (1867), esp. pp. 12-6, sob a impressão errônea de que a instituição era "relativamente recente", resultado de o vapor como força motriz ter dado origem a "um grupo numeroso de trabalhadores altamente qualificados e muito bem pagos" — principalmente engenheiros!

(68) "O velho oleiro", *When I was a child* (1903), pp. 16, 47-9, 52-4, 57-8, 71, 74-5, 81, 185-6, 191. O sr. W. Sokol, da Universidade de Wisconsin, chamou a minha atenção para muitos casos relatados em *Staffordshire Potteries Telegraph* em 1853-4, em que os empregadores conseguiram multar ou aprisionar os trabalhadores que negligenciavam o trabalho, freqüentemente nas segundas-feiras e nas terças-feiras. Essas ações eram tomadas sob o pretexto da quebra de contrato (o contrato anual). A esse respeito, ver Daphne Simon, "Master and servant", in *Democracy and the labour movement*, ed. J. Saville (1954). Apesar dessa campanha de acusações, o costume de observar a Santa Segunda-Feira ainda é notado no *Report of the Children's Employment Commission*, PP, 1863, xviii, pp. xxvii-xxviii.

(69) F. Place, *Improvement of the working people* (1834), pp. 13-5: Brit. Mus. Add MS 27825. Ver também John Wade, *History of the middle and working classes*, 3ª ed. (1835), pp. 124-5.

(70) Ver Hill, op. cit.

(71) Clayton, op. cit., p. 13, afirmava que “o costume comum estabeleceu tantos dias santos que poucos de nossos trabalhadores da manufatura trabalham atenta e regularmente durante mais de dois terços de seu tempo”. Ver também Furniss, op. cit., pp. 44-5, e o resumo de meu ensaio no *Bulletin of the Society for the Study of Labour History*, 9 (1964).

(72) “Temos quatro ou cinco pequenos fazendeiros [...], temos um assentador de tijolos, um carpinteiro, um ferreiro e um moleiro, e todos [...] têm o hábito muito freqüente de beber à saúde do rei [...]. O seu emprego é desigual; ora estão cheios de serviços, ora não têm nenhum; em geral desfrutam de muitas horas de ócio, porque [...] entregam a parte mais difícil [do trabalho] a alguns homens que eles contratam [...]” “Um agricultor”, descrevendo a sua própria aldeia (ver nota 78), em 1798.

(73) Citado em J. L. e B. Hammond, *The village labourer* (1920), p. 13; E. P. Thompson, *The making of the English working class* (1963), p. 220.

(74) Ver, por exemplo, *Annals of Agriculture*, xxvi (1796), p. 370 n.

(75) G. Markham, *The inrichment of the weald of Kent*, 10ª ed. (1660), pp. 115-7.

(76) Tentando explicar uma diminuição nos seus estoques de trigo em 1617, Loder observa: “Não sei qual seria a causa disso, mas foi no ano em que R. Pearce e Alce eram meus criados, e na época estavam muito apaixonados (era a impressão que certamente passavam). Se ele deu o trigo aos cavalos [...] ou como o trigo desapareceu, só Deus sabe”. *Robert Loder's farm accounts*, ed. G. E. Fussell (Camden Society, 3ª série, liii, 1936), pp. 59, 127.

(77) Sobre a descrição de um dia de trabalho do agricultor, ver William Howitt, *Rural life of England* (1862), pp. 110-1.

(78) Sir Mordaunt Martin em *Bath and West and Southern counties society, letters and papers* (Bath, 1795), vii, p. 109; “A farmer”, “Observations on taken-work and labour”, *Monthly Magazine*, setembro de 1798, maio de 1799.

(79) J. R. Jefferies, *The toilers of the field* (1892), pp. 84-8, 211-2.

(80) Mary Collier, então uma lavadeira, em Petersfield, Hampshire, *The woman's labour: an epistle to mr. Stephen Duck; in answer to his late poem, called The thresher's labour* (1739), pp. 10-1, reimpresso (1989).

(81) Ver a valiosa crítica de André Gunder Frank, “Sociology of development and underdevelopment of sociology”, *Catalyst* (Buffalo, verão de 1967).

(82) J. Tucker, *Six sermons* (Bristol, 1772), pp. 70-1.

(83) A mudança talvez seja indicada ao mesmo tempo na ideologia dos empregadores mais esclarecidos: ver A. W. Coats, “Changing attitudes to labour in the mid-eighteenth century”, *Econ. Hist. Rev.*, 2ª série, xi (1958-9).

(84) Ver Pollard, op. cit.; N. McKendrick, “Josiah Wedgwood and factory discipline”, *Hist. Journal*, iv (1961); e também Thompson, op. cit., pp. 356-74.

(85) A Norma 103 é reproduzida por extenso em *The law book of the Crowley ironworks*, ed. M. W. Flinn (Surtees Society, clxvii, 1957). Ver também a Lei nº 16, “Cálculos”. A Norma 40 está no “Law book”, Brit. Lib. Add MS 34555.

(86) MS instruções, em torno de 1780, em MSS Wedgwood (Barlaston), 26.19114.

(87) “Some regulations and rules for this manufactory more than 30 years back”, de cerca de 1810, em MSS Wedgwood (Keele University), 4045.5.

(88) Um relógio automático é conservado em Barlaston, mas esses relógios (fabricados por John Whitehurst, de Derby, mais ou menos a partir de 1750) serviam apenas para assegurar a patrulha regular e a presença dos vigias noturnos etc. Os primeiros relógios de ponto com impressão

foram criados por Bundy nos Estados Unidos. em 1855. Ward, op. cit., p. 49; também *Annals of philosophy* de T. Thomson. vi (1815), pp. 418-9, e vii (1816), p. 160; Charles Babbage, *On the economy of machinery and manufacturers* (1835), pp. 28, 40; Bruton, op. cit., pp. 95-6.

(89) Clayton, loc. cit., pp. 19, 42-3.

(90) Citado em Furniss, op. cit., p. 114.

(91) Anônimo [Powell], *A view of real grievances* (1772), p. 90.

(92) W. Turner, *Sunday schools recommended* (Newcastle, 1786), pp. 23, 42.

(93) *Rules for the methodist school of industry at Pocklington, for the instruction of poor girls in reading, sewing, knitting, and marking* (York, 1819), p. 12.

(94) *Rules for the government, superintendence, and teaching of the Wesleyan methodist sunday schools* (York, 1833). Ver também Harold Silver, *The concept of popular education* (1965), pp. 32-42; David Owen, *English philanthropy, 1660-1960* (Cambridge, Mass., 1965), pp. 23-7.

(95) O melhor relato do problema dos empregadores está em S. Pollard, *The genesis of modern management* (1965), cap. v, "The adaptation of the labour force".

(96) E. Lipson, *The economic history of England*, 6ª ed. (1956), iii, pp. 404-6. Ver, por exemplo, J. L. Ferri, *Londres et les Anglais* (Paris, An xii), pp. 163-4. Parte das evidências a respeito das horas é discutida em G. Langenfelt, *The historic origin of the eight hours day* (Estocolmo, 1954).

(97) *A letter on the present state of the labouring classes in America*, de um inteligente emigrante na Filadélfia (Bury, 1827).

(98) Alfred [S. Kydd], *History of the factory movement [...]* (1857), i, p. 283, citado em P. Mantoux, *The Industrial Revolution in the eighteenth century* (1948), p. 427.

(99) Anônimo, *Chapters in the life of a Dundee factory boy* (Dundee, 1887), p. 10.

(100) *PP*, 1831-2, xv, pp. 177-8. Ver também o exemplo da Comissão da Fábrica (1833), em Mantoux, op. cit., p. 427.

(101) O cartaz está em meu poder.

(102) Uma discussão sobre a próxima etapa, quando os trabalhadores já aprenderam "as regras do jogo", pode ser encontrada em E. J. Hobsbawm, *Labouring men* (1964), cap. xvii, "Custom, wages and work-load".

(103) John Preston usou a imagem do mecanismo do relógio em 1628: "Nesse curioso mecanismo de relógio da religião, qualquer pino e roda que esteja fora de lugar perturba todo o resto": *Sermons preached before his majestie* (1630), p. 18. Cf. R. Baxter, *A christian directory* (1673), i, p. 285: "Um cristão prudente e bem qualificado deve ordenar as suas questões de tal modo que todo dever comum conheça o seu devido lugar, e tudo deve funcionar [...] como as partes de um relógio ou outro mecanismo, que devem atuar todas em conjunto, e cada uma em seu lugar correto".

(104) *Ibid.*, i, pp. 274-5, 277.

(105) *The whole works of the rev. Oliver Heywood* (Idle, 1826), v, p. 575.

(106) *Ibid.*, v, pp. 386-7; ver também p. 562.

(107) Baxter, op. cit., i, p. 276.

(108) R. Baxter, *The poor man's family book*, 6ª ed. (1697), pp. 290-1.

(109) *Poetical works of Isaac Watts, D.D.* (Cooke's Pocket Ed. [1802]), pp. 224, 227, 232. O tema não é novo, certamente: o pastor de Chaucer dizia: "Dormir sossegado durante muito tempo é um grande fomento para a luxúria".

(110) H. More, *Works* (1830), ii, p. 42. Ver também p. 35, "Time".

(111) *Ibid.*, iii, p. 167.

(112) *Poor Richard's almanac*, janeiro de 1751, in *The papers of Benjamin Franklin*, ed. L. W. Labaree e W. J. Bell (New Haven, 1961), iv, pp. 86-7.

(113) Max Weber, *The protestant ethic and the spirit of capitalism* (1930), pp. 48-50 passim.

(114) Ford começou a sua carreira consertando relógios: como havia uma diferença entre a hora local e a hora-padrão da ferrovia, ele fez um relógio com dois mostradores que marcavam ambas as horas — um início de mau agouro: H. Ford, *My life and work* (1923), p. 24.

(115) Existe uma extensa literatura sobre zonas portuárias do século XIX que ilustra esse ponto. Entretanto, em anos recentes, o trabalhador ocasional nos portos deixou de ser uma “baixa” do mercado de mão-de-obra (como Mayhew o via) e distingue-se por preferir altos ganhos à segurança: ver K. J. W. Alexander, “Casual labour and labour casualties”, *Trans. Inst. of Engineers and Shipbuilders in Scotland* (Glasgow, 1964). No presente ensaio, não tratei dos novos horários ocupacionais introduzidos na sociedade industrial — especialmente o dos trabalhadores do turno noturno (minas, ferrovias etc.): ver as observações feitas por “A journeyman engineer” [T. Wright], *The great unwashed* (1868), pp. 188-200; M. A. Pollock (ed.), *Working days* (1926), pp. 17-28; Tom Nairn, *New Left Review*, 34 (1965), p. 38.

(116) John Foster, *An essay on the evils of popular ignorance* (1821), pp. 180-5.

(117) Thompson, op. cit., caps. xi e xii.

(118) Ver a importante discussão sobre atitudes previdentes e proféticas, bem como sobre a sua influência no comportamento social e econômico, em Bourdieu, op. cit.

(119) Citado em M. D. Bernstein, *The Mexican mining industry, 1890-1950* (Nova York, 1964), cap. vii; ver também Mead, op. cit., pp. 179-82.

(120) W. E. Moore, *Industrialization and labor* (Ithaca, 1951), p. 310 e pp. 44-7, 114-22.

(121) F. A. Wells e W. A. Warmingtton, *Studies in industrialization: Nigeria and the Cameroons* (1962), p. 128.

(122) *Ibid.*, p. 170. Ver também pp. 183, 198, 214.

(123) Edwin J. Cohn, “Social and cultural factors affecting the emergence of innovations”, em *Social aspects of economic development* (Conferência de Estudos Econômicos e Sociais, Istambul, 1964), pp. 105-6.

(124) Manning Nash, “The recruitment of wage labor in the development of new skills”, *Annals of the American Academy*, cccv (1956), pp. 27-8. Ver também Manning Nash, “The reaction of a civil-religious hierarchy to a factory in Guatemala”, *Human Organization*, xiii (1955), pp. 26-8, e Salz, op. cit. (nota 6), pp. 94-114.

(125) W. E. Moore e A. S. Feldman (eds.), *Labor commitment and social change in developing areas* (Nova York, 1960). Os estudos proveitosos sobre a adaptação e o absenteísmo incluem E. Elkan, *An African labour force* (Kampala, 1956), esp. caps. ii e iii; e F. H. Harbison e I. A. Ibrahim, “Some labour problems of industrialization in Egypt”, *Annals of the American Academy*, cccv (1956), pp. 114-29. Em *The emergence of an industrial labor force in India* (Berkeley, 1965), M. D. Morris diminui a seriedade dos problemas de disciplina, absenteísmo, flutuações sazonais no emprego etc. nos cotonifícios de Bombaim no final do século XIX, mas em muitos pontos a sua argumentação não parece concordar com a sua própria evidência: ver pp. 85, 97, 102. Ver também C. A. Myers, *Labour problems in the industrialization of India* (Cambridge, Mass., 1958), cap. iii, e S. D. Mehta, “Professor Morris on textile labour supply”, *Indian Economic Journal*, i, 3 (1954), pp. 333-40. Estudos úteis sobre uma força de trabalho parcialmente “comprometida” são G. V. Rimlinger, “Autocracy and the early Russian factory system”, *Jl. Econ. Hist.*, xx (1960), e T. V. von Laue, “Russian peasants in the factory”, *ibid.*, xxi (1961).

(126) Ver G. Friedmann, “Leisure and technological civilization”, *Int. Soc. Science Jour.*, xii (1960), pp. 509-21.

(127) C. Kerr e A. Siegel, “The structuring of the labor force in industrial society: new dimensions and new questions”, *Industrial and Labor Relations Review*, ii (1955), p. 163.

(128) E. de Vries e J. M. Echavarría (eds.), *Social aspects of economic development in Latin America* (UNESCO, 1963), p. 237.

(129) Encontram-se comentários sugestivos sobre essa equação em Lewis Mumford e S. de Grazia, citados, neste capítulo, na nota 1; Paul Diesing, *Reason in society* (Urbana, 1962), pp. 24-8; Hans Meyerhoff, *Time in literature* (Univ. da Califórnia, 1955), pp. 106-19.

(130) Evans-Pritchard, op. cit., p. 103.

(131) "Capitalism", *Encyclopaedia of the Social Sciences* (Nova York, 1953), iii, p. 205.

(132) Thomas Wedgwood a William Godwin, 31 de julho de 1797, publicado no importante artigo de David Erdman, "Coleridge, Wordsworth and The Wedgwood Fund", *Bulletin of the New York Public Library*. Ix (1956).

(133) *The prelude* (1805), Livro v, versos 377-83. Ver também o esboço do poema em *Poetical works of William Wordsworth*, ed. E. de Selincourt e Helen Darbishire (Oxford, 1959), v, p. 346.

7. A VENDA DE ESPOSAS (pp. 305-52)

(1) *The book of days*, org. R. Chambers (1878), i, pp. 487-8.

(2) Comentários interessantes sobre a prática aparecem já em 1776, *Courier de L'Europe* (26 de novembro). A partir de então, a imprensa francesa freqüentemente trazia exemplos com um comentário. Ver também [J. E. Jouy], *L'Hermite de Londres* (Paris, 1821), ii, p. 324; anônimo, *Six mois à Londres* (Paris, 1817); e Piliot, nota 69. Muitos exemplos são citados em J. W. von Achenholtz, *Annals*, v (1790), pp. 329-30, ix (1796), pp. 187-8.

(3) Assim as vendas de esposas são mencionadas em J. Wesley Bready, *England before and after Wesley* (1938), numa seção intitulada: "A imoralidade como esporte".

(4) Hardy atribui a convicção de Susan à "extrema simplicidade de seu intelecto". Pela venda, o comprador "adquirira um direito moralmente real e justificável à sua pessoa [...], embora o sentido exato e os limites legais desse direito fossem vagos".

(5) Apresentei algumas conclusões em "Folklore, anthropology, and social history", *Indian Historical Review*, iii, 2 (1978). Sobre outras referências, ver J. Weeks, *Sex, politics and society* (1981), e Robert W. Malcolmson, *Life and labour in England, 1700-1780* (1981), pp. 103-4.

(6) F. W. Hackwood, *Staffordshire customs, superstitions and folklore* (1924), p. 70.

(7) *Leeds Weekly Citizen*, 6 de junho de 1913.

(8) As quantidades aqui registradas se baseiam em meu estudo no estado em que esse se encontrava em 1977. Não empreendi a difícil tarefa de verificar e confrontar os meus números com os exemplos no Apêndice de S. P. Menefee, *Wives for sale* (Oxford, 1981) (citado desse ponto em diante como Menefee), nem acrescentei casos que me chegaram às mãos depois de sua publicação.

(9) Minha série de exemplos provavelmente dá muita importância a Yorkshire (onde eu vivia e onde A. J. Peacock gentilmente coletou amostras) e a Lincolnshire (onde Rex Russell bondosamente fez o mesmo), e talvez pouca importância ao Oeste da Inglaterra.

(10) Menefee (Apêndice) tem: 1800-9, 32; 1810-9, 45; 1820-9, 47; 1830-9, 48; 1840-9, 20; 1850-9, 18.

(11) John Brand, *Observations on popular antiquities*, arranjado e revisado por Henry Ellis (1813), ii, p. 37, que acrescenta: "É doloroso observar que exemplos dessa prática aparecem freqüentemente em nossos jornais".

(12) *Jackson's Oxford Journal*, 12 de dezembro de 1789; *Northampton Mercury*, 19 de dezembro de 1789; *Derby Mercury*, 4 e 25 de fevereiro de 1790; *Birmingham Gazette*, 1^a de março de 1790.

(13) A Cornualha pode ter demorado a adotar uma prática difundida em Devon. Em 1819, uma venda em Redruth foi noticiada como "a primeira desse tipo" no local: *West Briton*, 17 de dezembro de 1819.